



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA ROSANA FONSECA DA SILVA

**VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO
PARA PAZ, NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP**

FORTALEZA – CEARÁ

2019

MARIA ROSANA FONSECA DA SILVA

VIOLENCIA ESCOLAR: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA
PAZ NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santaella Gonçalves.

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Silva, Maria Rosana Fonseca da .
Violência escolar: uma avaliação do Programa
Educação Para Paz, nas escolas estaduais do município
de Macapá/AP. [recurso eletrônico] / Maria Rosana
Fonseca da Silva. - 2019.
1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 76 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e
Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e políticas
públicas.

Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Santaella Gonçalves.

1. Violência escolar . 2. Escola. 3. Políticas
Públicas. 4. Avaliação. I. Título.

MARIA ROSANA FONSECA DA SILVA

VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO
PARA PAZ NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP

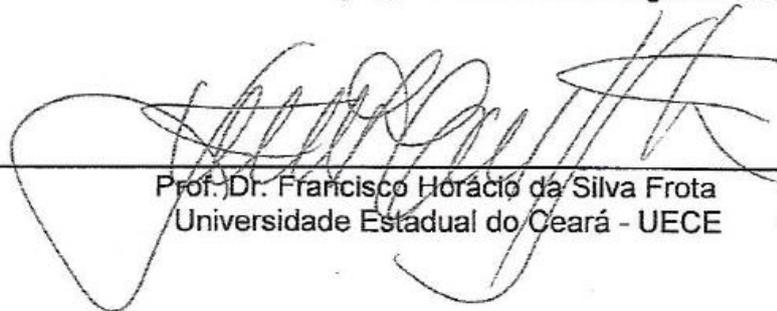
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 26/08/2019

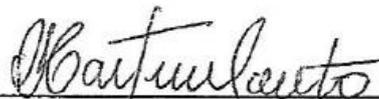
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rodrigo Santaella Gonçalves (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª Dr.ª Vanda Maria Martins Souto

A Deus, ao meu filho Guilherme Alves Fonseca da Silva, ao meu esposo Edilberto Alves da Silva, aos meus pais e irmãs, ao meu orientador Prof.^o Dr.^o Rodrigo Santaella, e a todos os professores que deram aula nos 14 módulos do curso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela vida e saúde.

Ao meu filho Guilherme Alves Fonseca da Silva, pelo amor e por ser minha motivação para conclusão desse curso.

Aos meus pais Ana Rosa Fonseca da Silva e Evandinês Góes da Silva pelo amor e criação.

Ao meu esposo Edilberto Alves da Silva, que esteve ao meu lado do início ao término desta etapa da minha vida, que cuidou de mim nos dias mais exaustivos dessa jornada e por ficar e cuidar do nosso filho durante minha ausência.

Ao meu orientador Prof.^o Dr.^o Rodrigo Santaella pela dedicação, ajuda e paciência em cada orientação a ele recorrida.

A prof.^a Raimunda Banha pelo apoio.

Aos meus colegas de turma pelo apoio, carinho e atenção.

A todos os professores que socializaram, um pouco dos seus conhecimentos conosco durante as aulas dos módulos.

As escolas e pessoas que dedicaram um pouco do seu tempo para me ajudar.

“A escola sempre foi um refúgio contra a violência para crianças e adolescentes. Hoje, ironicamente, a violência está na escola.”

(Douglas Rodrigues da Silva)

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi avaliar o Programa Educação para Paz, nas escolas Estaduais do Município de Macapá/AP. Este Programa foi criado com o intuito de sanar ou pelo menos amenizar este problema da violência escolar. Para que essas mudanças ocorram efetivamente, não basta só a inserção do Programa dentro das instituições escolares, é necessário um conjunto de fatores e parcerias para que este funcione e dê resultados positivos para a escola, pois é isso que se espera de uma política pública a eficiência e eficácia desta, para resolver ou sanar os problemas sociais. A escola precisa redimensionar o seu pensar e o seu papel no meio social, com esse papel definido a escola consegue trabalhar as questões problemáticas que a atingem, como a violência escolar. A violência escolar vem aumentando na medida em que não se tem iniciativas eficientes e eficazes para combatê-la. É necessário que haja mudanças no meio social, escolar, familiar, e de formação da identidade das nossas crianças e dos nossos jovens, para assim conseguirmos retirar esse problema de nossa sociedade. Os resultados desta pesquisa ocorreram através de aplicação de questionários e realização de entrevistas feitas com gestores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e funcionários em geral e análise de dados de registros da coordenação pedagógica. Para entendermos melhor sobre o tema, foi agregada as percepções dos autores como: Paulo Freire, Abramovay, Charlot, Silva, Ferreira, Garcia, Bellen, Souza, Minayo, Godoy, Cardoso e Salles, entre outros que associados a suas ideias interligam as discussões acerca do tema. Durante a pesquisa, foi observado que as três escolas possuem dificuldades em executar o Programa de forma efetiva, houve a falta de acompanhamento e apoio por parte a SEED.

Palavras-chave: Violência escolar. Escola. Políticas Públicas. Avaliação.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to evaluate the Education for Peace Program in the state schools of Macapá / AP. This Program was created to remedy or at least alleviate this problem of school violence. For these changes to take place effectively, it is not enough just to insert the Program within the school institutions, it is necessary a set of factors and partnerships for it to work and give positive results for the school, because this is what is expected of a public policy to be implemented. efficiency and effectiveness to solve or remedy social problems. The school needs to resize its thinking and its role in the social environment, with this defined role the school can work on the problematic issues that affect it, such as school violence. School violence is increasing as there are no efficient and effective initiatives to combat it. There needs to be changes in the social, school, family, and identity formation of our children and young people so that we can remove this problem from our society. The results of this research occurred through the application of questionnaires and interviews with managers, pedagogical coordinators, teachers, students and staff in general and data analysis of records of pedagogical coordination. In order to better understand the theme, the authors' perceptions were aggregated as: Paulo Freire, Abramovay, Charlot, Silva, Ferreira, Garcia, Bellen, Souza, Minayo, Godoy, Cardoso and Salles, among others associated with their ideas. about the topic. During the research, it was observed that the three schools have difficulties in executing the Program effectively, there was a lack of monitoring and support from SEED.

Keywords: School violence. School. Public policy. Evaluation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007 – 2017).....	27
Gráfico 2 -	Escola A: 40 alunos entrevistados.....	45
Gráfico 3 -	Escola B: 40 alunos entrevistados.....	45
Gráfico 4 -	Escola C: 40 alunos entrevistados.....	46
Gráfico 5 -	Escola A: pergunta nº1.....	46
Gráfico 6 -	Escola B: perguntanº1.....	47
Gráfico 7 -	Escola C: pergunta nº1.....	47
Gráfico 8 -	Escola A: pergunta nº 4.....	48
Gráfico 9 -	Escola B: pergunta nº 4.....	48
Gráfico 10 -	Escola C: pergunta nº4.....	49
Gráfico 11 -	Escola A: pergunta nº 5 e 6.....	49
Gráfico 12 -	Escola B: pergunta nº 5 e 6.....	50
Gráfico 13 -	Escola C: pergunta nº 5 e 6.....	50
Gráfico 14 -	Escola A: pergunta nº7.....	51
Gráfico 15 -	Escola B: pergunta nº7.....	51
Gráfico 16 -	Escola C: perguntanº7.....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Monitor da violência no Brasil, comparando com o Estado do Amapá.....	32
Figura 2 - Mapa de atuação do Policiamento Escolar da Zona Norte de Macapá.....	34
Figura 3 - Página inicial do sistema epaz - Manual de preenchimento do sistema EducaPaz.....	38
Figura 4 - Manual de preenchimento do sistema EducaPaz.....	39
Figura 5 - Manual de preenchimento do sistema EducaPaz.....	39
Figura 6 - Fluxograma do sistema para registros de ocorrências.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACVE	Ação Contra a Violência na Escola
AP	Amapá
CGU	Controladoria Geral da União
CV	Comando Vermelho
EDUCAPAZ	Educação para Paz
FETRAN	Festival de Trânsito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPAP	Ministério Público do Amapá
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PEE	Plano Estadual de Educação
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PROFESP	Programa Forças no Esporte
PCC	Comando da Capital
PIB	Produto Interno Bruto
PRODAP	Centro de Gestão da Tecnologia da Informação
SEAFRO	Secretaria Extraordinária de Políticas para os Povos Afrodescendentes
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEL	Secretaria de Desporto e Lazer
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SESA	Secretaria de Saúde
SESI	Serviço Social da Indústria
SIMS	Secretaria de Inclusão e Mobilização Social
TJAP	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
UECSA	União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá
UF	Unidade Federativa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	ESCOLA E VIOLÊNCIA.....	19
2.1	VIOLÊNCIA E POLÍTICA PÚBLICA.....	22
2.2	O ESTADO DO AMAPÁ E O MUNICÍPIO DE MACAPÁ.....	30
3	PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA PAZ – MACAPÁ/AP.....	36
3.1	REFLEXÕES A PARTIR DAS RESPOSTAS: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	41
3.2	DUAS PERSPECTIVAS DIFERENTES.....	53
3.2.1	Policiamento escolar: primeira perspectiva.....	53
3.2.2	Programa Educação para Paz: segunda perspectiva.....	56
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS.....	63
	ANEXO.....	66
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO.....	67

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho avalia o Programa educação para Paz, apresentado como alternativa para resolver problemas de violência no Amapá, e sua aplicação em três escolas da rede estadual de ensino na cidade de Macapá/AP. Trabalhamos a partir de um referencial teórico composto por autores como Paulo Freire, Abramovay, Charlot, Silva, Ferreira, Garcia, Bellen, Souza, Minayo, Godoy e Salles, entre outros que associados a suas ideias interligam as discussões acerca do tema.

O Programa Educação para Paz foi criado com o intuito de sanar ou pelo menos amenizar este problema da violência escolar. Dessa forma foram levantadas algumas questões norteadoras: Qual a eficiência do Programa, no combate a violência escolar? Como o Programa se desenvolve? Qual a importância que alunos e professores dão ao Programa? Qual a contribuição do Programa com as questões pedagógicas da escola? Qual o impacto (ou efetividade) do Programa nas escolas?

Diante da situação da violência existente dentro das escolas o desafio desta pesquisa consiste em avaliar o Programa em um contexto em que as situações de violência escolar se acentuam, e precisam de políticas que tragam soluções, ou pelo menos amenizem tais questões. A escola precisa redimensionar o seu pensar e o seu papel no meio social, reformulando suas ações pela compreensão do que a comunidade escolar espera dela enquanto função social, e é necessário que haja uma reflexão sobre o interesse e a presença da escola na sociedade, sabendo que ela se destina à promoção do homem. Com esse papel definido, a escola consegue trabalhar as questões problemáticas que a atingem, como a violência escolar. Pois serão direcionadas soluções específicas para tal situação.

Deseja-se uma educação e escola de mudanças, onde todos possam se envolver no processo educacional, e quando se fala de todos significa intraescolar e extraescolar, se luta por uma educação de qualidade, compromisso, capacidade de agir e refletir sobre a realidade.

As categorias de estudo centrais desta pesquisa são: Violência Escolar, Escola, avaliação e Política Pública. Nesse sentido se fazem necessário conceituá-las e discuti-las a partir de autores que tratam sobre o tema e de dados atuais e relevantes relacionados ao mesmo, bem como a organização do referencial teórico preliminar, que será permanentemente construído ao longo de todo o processo de investigação.

Sobre a categoria violência escolar, a autora Charlot (1997) faz a classificação da violência escolar em: violência, incivildades e Violência simbólica ou institucional para que se entenda as formas sob as quais esse problema se apresenta nas instituições escolares e que se saiba que para cada tipo de violência deve haver uma medida a ser tomada para resolver tal situação. Abramovay (2002), explica que “Em todo o mundo, a violência na escola tornou-se um tema cotidiano, um importante objeto de reflexão das autoridades e um foco de notícia na imprensa, que vem divulgando, principalmente, as mortes que ocorrem nos arredores e dentro das escolas.

Sobre escola, Paulo Freire (1991), expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino e de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar. Por sua vez Silva (2012) coloca a seguinte afirmação sobre o espaço escolar:

As problemáticas atuais que envolvem a escola são, em grande medida, oriundas das transformações que a sociedade contemporânea vivencia; nesse sentido, estas transformações, refletem-se nas diversas interações que ocorrem no contexto da escola, sobretudo no espaço da sala de aula, e têm tornado cada vez mais complexa a natureza das relações que se estabelecem no cotidiano escolar (SILVA, 2012, p. 85).

Acerca da categoria avaliação, para Ferreira (1999), “Avaliar significa determinar a valia de algo, atribuir um valor”. Para Garcia (2001) avaliação é: (...) uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Para os autores Trevisan e Bellen (2008): (...) o propósito da avaliação é determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. A avaliação deve proporcionar informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão.

E por fim na categoria Política Pública, Para Souza (2006, p. 26), “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Macapá, em três escolas das 26 que segundo a SEED – Secretaria de Educação do Estado do Amapá, receberam o Programa no ano letivo de 2019. O trabalho foi realizado por meio de observação direta, foram feitas entrevistas e aplicação de questionários com alunos, professores, gestores, coordenadores pedagógicos e funcionários das escolas pesquisadas. Houve também uma análise prévia de registros da coordenação pedagógica e direção escolar sobre os casos de violência, para que se possa definir a eficiência e eficácia do Programa dentro das escolas.

A avaliação do programa foi feita, tendo como base as respostas das entrevistas e aplicação de questionários, foram feitas análises dos dados das entrevistas e tabulação das respostas dos questionários, foram observados aspectos tais como: a eficiência e eficácia do Programa dentro das escolas, se realmente este contribui para resolver ou amenizar o problema, foi verificado como o Programa se desenvolve dentro da instituição escolar, e também identificado(s) o(s) impacto(s) do Programa nas escolas pesquisadas.

Esta dissertação é de caráter qualitativo, nos termos colocados por Minayo (1995, p.21-22):

(...) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Godoy (1995, p.62-63), citado por Ferreira (2015) relata que a abordagem qualitativa possui algumas características básicas:

(...) tais como: o estudo empírico é realizado no seu ambiente natural, pois os fatos sociais têm que ser observados e analisados inseridos no contexto ao qual pertencem, através de contato direto, desempenhando o pesquisador um papel fundamental na observação, seleção, consolidação e análise dos dados gerados; como os diferentes tipos de dados existentes na realidade são considerados importantes para a compreensão do fenômeno social em estudo, o pesquisador realiza entrevistas, reúne fotografias, desenhos e depoimentos e outros dados que ajudam na descrição do fato; o trabalho é realizado com base na perspectiva que as pessoas pesquisadas têm sobre o objeto de estudo, devendo-se primar pela fidedignidade desses dados obtidos;(FERREIRA, 2015, p. 116).

O autor relata ainda que:

Para autores como Alves (1991), Lincoln e Guba (1985), Marshall e Rossman (1989) e Yin (1985), três importantes momentos devem ser levados em consideração, quando se opta por esta abordagem qualitativa: a) a fase de exploração da pesquisa; b) a fase da investigação; c) a análise dos resultados finais e elaboração do texto final. (FERREIRA, 2015, p. 117).

O objetivo da pesquisa qualitativa é compreender os fenômenos através da coleta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais, bem como reunir dados que são de forma de narrativa, como diários, questionários abertos, entrevistas e observações que não são codificadas usando um sistema numérico. A pesquisa qualitativa permite analisarmos a profundidade da compreensão do objeto estudado, bem como, a motivação pelo que se estuda, a explicação, a interpretação, entre outras características.

O método qualitativo a ser trabalhado será de entrevistas com pessoas que possuem envolvimento direto e indireto com o Programa.

A discussão e a pesquisa a respeito da violência escolar são bastante importantes no contexto apresentado, para que se compreenda o problema com o intuito de traçar e buscar metas e objetivos para sua resolução. Dessa forma, através da pesquisa científica, podem se encontrar bons caminhos e respostas para entender as atitudes que levam os sujeitos a reagirem com tais agressões, de forma a amenizar ou sanar a violência escolar. As escolas, mesmo com alguns pontos do seu papel esquecidos em meio a tantos problemas e dificuldades que enfrentam, ainda são o caminho principal para ajudar tantas crianças, adolescentes e jovens que precisam de orientação.

Desta forma, esta dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro capítulo trata da escola, falando sobre o seu papel, sua função, sobre docentes e discentes, da educação, depois fala sobre a violência escolar bem como seu conceito, história, manifestações, classificações e contextualização. No segundo capítulo, continua se falando sobre violência escolar apresentando dados e estatísticas sobre a mesma, é exposto também seu contexto, história, sua necessidade para a sociedade e para a educação, é ressaltado neste capítulo a importância e conceitos da avaliação de políticas públicas e comentado sobre o Estado do Amapá mostrando alguns dados e índices de violência. E no terceiro capítulo, vem apresentando especificamente sobre o Programa Educação para Paz, seus projetos, ações e parceiros, sua funcionalidades e a forma como se desenvolve dentro das instituições escolares.

A elaboração desta dissertação vem contribuir para os estudos e análises desse tema tão relevante para a sociedade amapaense e para as políticas públicas educacionais do Estado do Amapá, uma vez que é proposto a avaliação de um Programa de Política Pública que foi criado com o intuito de resolver e/ou amenizar a violência escolar nas Instituições de ensino do Estado. Com a escrituração dessa dissertação está aberto caminhos para se mostrar à eficiência e eficácia desse programa, bem como outros quesitos importantes sobre o estudo.

2 ESCOLA E VIOLÊNCIA

A escola precisa redimensionar o seu pensar e o seu papel no meio social, reformulando suas ações pela compreensão do que a comunidade escolar espera dela enquanto função social, e para isso é necessário que haja uma reflexão sobre o interesse e a presença da escola na sociedade, sabendo que ela se destina à promoção do homem. Com esse papel definido a escola consegue trabalhar as questões problemáticas que a atingem, como a violência escolar. Pois serão direcionadas soluções específicas para tal situação. Para a autora Abramovay (2002, p.61):

(...), estes são tempos de incerteza, medos e vulnerabilidades negativas, “estruturadas e estruturantes”(BOURDIEU, 2001). Não é necessariamente uma geração que está em crise, mas há uma crise de uma geração, entendida como um tempo na história, como um modelo de sociedade, o que vem afetando, envolvendo, de maneira singular, uma geração, um ciclo de vida – os jovens, em particular, principalmente aqueles em situações de pobreza.

A autora relata a posição de que a escola deve proporcionar aos alunos momentos nos quais sua autoestima seja assegurada, sua dignidade seja vista e os alunos não se sintam inferiores ou menosprezados pela sua condição social ou desfavorecimento, uma vez que a sociedade muitas vezes já o discrimina e impõe diversas situações que colocam as crianças e jovens em vulnerabilidade social e exclusão. Para a autora o ambiente escolar precisa ser diferente da sociedade, precisa ser acolhedor, deve mostrar que apesar das diferenças sociais existentes, que todos podem ter as mesmas oportunidades na vida. Nos tempos atuais, a violência escolar ganhou enorme proporção e está muito difícil combatê-la. Os valores éticos e sociais não são mais lembrados por muitos pais e alunos, segundo Cardoso (2010):

(...) considerando que a prática de valores humanos dentro de sala de aula é uma força que conduz o comportamento e estimula o crescimento da inteligência, contribuindo assim, para uma formação de cidadania, do ser e da sociedade.

As escolas não recebem profissionais preparados para lidar com tais atitudes e comportamentos de violência escolar. O medo tomou conta de muitas instituições, as escolas não sabem mais o que fazer para amenizar tal problema. A violência dentro das escolas se manifesta de diversas formas: física, psicológica, sexual, verbal, entre outras. É importante ressaltar os fatores externos que possuem

influência direta dentro das escolas, o meio social em que os alunos vivem reflete de forma significativa em seu comportamento dentro da instituição.

Charlot (1997) classifica a violência escolar em três níveis:

- a. Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos;
- b. Incivilidades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- c. Violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores, a obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

A autora faz a classificação da violência escolar para que se entenda as formas sob as quais esse problema se apresenta nas instituições escolares e que se saiba que para cada tipo de violência deve haver uma medida a ser tomada para resolver tal situação.

Nesse contexto, faz-se necessária uma educação e uma escola de mudanças, onde todos possam se envolver no processo educacional, tanto a comunidade intra-escolar quanto a extra-escolar. É preciso que se lute por uma educação de qualidade, compromisso, capacidade de agir e refletir sobre a realidade. Deseja-se ainda que a escola tenha subsídios, amparo e apoio de agentes e instituições externas para que consiga achar caminhos e soluções para resolver ou pelo menos amenizar esse problema. Segundo Abramovay (2002, p.69):

Em todo o mundo, a violência na escola tornou-se um tema cotidiano, um importante objeto de reflexão das autoridades e um foco de notícia na imprensa, que vem divulgando, principalmente, as mortes que ocorrem nos arredores e dentro das escolas. Percebe-se que a sociedade, em geral, está bastante preocupada com os problemas da violência no ambiente escolar. A construção de uma visão crítica sobre o fenômeno da violência mostra-se fundamental, na medida em que permeia todas as relações sociais, em que são profundamente afetados os membros da comunidade escolar, como, por exemplo, alunos, professores, diretores e pais.

É necessária a ampliação da visão e entendimento sobre esse assunto, pois são vários os agentes envolvidos nessa problemática, não basta apenas se discutir sobre violência escolar e pedir políticas públicas voltadas para esse problema, é preciso muito mais que isso. É extremamente importante a compreensão do que se

está tratando para que se possam realizar as ações de maneira eficiente e eficaz. Para Abramovay (2002, p.75):

A violência no cotidiano das escolas se reflete nas representações que os alunos fazem sobre a escola. Muitas vezes eles apresentam significados contraditórios e distintos sobre seu papel. Por um lado, a escola é vista como um lugar para a aprendizagem, como caminho para uma inserção positiva no mercado de trabalho e na sociedade, por outro, muitos alunos consideram a escola como um local de exclusão social, onde são reproduzidas situações de violência e discriminação (física, moral e simbólica). Apesar disso, grande parte dos jovens apresenta uma visão positiva sobre a escola, o estudo e o ensino.

Paulo Freire expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino e de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar.

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 1991, p. 126).

Para este educador, a educação é ato de amor e coragem, sustentada no diálogo, na discussão, no debate. Desta maneira, para ajudar a solucionar ou pelo menos amenizar os problemas que surgem nas escolas é que servem as políticas públicas, para darem suporte de práticas que sirvam de apoio às escolas. Outro autor que explica sobre o cotidiano escolar e suas realidades é Silva (2012, p. 84), que comenta que:

E a escola, tal como a conhecemos hoje, é uma construção histórica recente. Na América Latina, os sistemas escolares constituíram-se praticamente no século passado (CANDAU, 2007). E esta escola, no dizer de Gouveia-Pereira (2008) é uma das instituições extrafamiliares, a que a sociedade tem confiado à tarefa de socializar as crianças e os jovens, no sentido da sua inserção no mundo social. Além da escola, ser um local de aprendizagem de diferentes saberes e de formas de socialização, é também um espaço de construção de normas e valores sociais.

Diante do exposto pelo autor, é apontado um questionamento pelo mesmo, se a escola está mais presente do que nunca na formação dos cidadãos e o que devemos esperar dela. Relata ainda que a escola não é mais a única fonte de conhecimento de massa. Com essas mudanças na esfera escolar, a escola com seu papel confuso, a problemática da violência inserida na mesma, faz com que surja a

necessidade de medidas rápidas e eficazes, para a resolução destes problemas, como a criação de políticas públicas voltadas para essa temática.

2.1 VIOLÊNCIA E POLÍTICA PÚBLICA

Neste capítulo, será enfatizado um grave problema que está acontecendo com muita frequência nas escolas, que gera uma necessidade de discussão mais profunda. A violência escolar vem aumentando na medida em que não se tem iniciativas eficientes e eficazes para combatê-la. É necessário que haja mudanças no meio social, escolar, familiar, e de formação da identidade das nossas crianças e dos nossos jovens, para assim conseguirmos retirar esse problema de nossa sociedade.

Para as autoras Silva e Salles (2010, p. 218):

Em geral, violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. A violência não pode ser reduzida ao plano físico, podendo se manifestar também por signos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser interpretada como aviso de ameaça, o que ficou conhecido como violência simbólica.

A violência escolar não prejudica somente os alunos e a escola, mas toda a sociedade pois o problema está inserido nela, e muitas vezes este aluno traz a violência da sociedade para dentro da escola, o que acaba refletindo na família também, pois é parte integrante desse processo. Para Silva e Salles (2010, p. 222):

A relação estabelecida entre alunos e professores é também foco de atenção dos estudos sobre a violência escolar. Dubet (2003) aponta para a tensão que se cria na sala de aula pela necessidade que os alunos têm de mostrar para os seus colegas um descompromisso com a instituição escolar e pela necessidade de serem reconhecidos por seus pares por desafiarem a autoridade.

Segundo Sposito (2001), p 100:

(...), em artigo em que faz um balanço sobre as pesquisas sobre violência escolar no Brasil, destaca que a relação conflituosa entre alunos e professores tem gerado um medo constante entre professores, que apelam para a segurança policial, o que afeta a qualidade da interação educativa e o clima escolar. O autor considera que os anos 1990 sejam um momento de mudanças no padrão da violência nas escolas públicas englobando agora não só atos de vandalismo, mas também práticas de agressões interpessoais. As agressões entre professores e alunos tornam-se cada vez mais presentes nas escolas públicas brasileiras a ponto de haver um grande número de afastamentos de docentes por problemas de saúde. Os estudos,

ao indicarem a presença de manifestações de violência em outros grupos sociais, apontam também para uma crise da função socializadora da escola. Ou seja, esses atos violentos sinalizam as dificuldades da unidade escolar em criar possibilidades para que tais condutas assumam a forma de um conflito capaz de ser acertado no âmbito da convivência democrática.

Esta é uma das realidades de nosso país, em alguns Estados brasileiros a situação só piora, este é um dos pontos para analisamos, pois este problema só contribui para a decadência da educação brasileira.

De acordo com os dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2017, em uma pesquisa feita com 2000 mil professores no estado do Amapá, 86,7% foram ameaçados por algum aluno, destes 48,2% de professores ou funcionários da escola sofreram agressão verbal e física de alunos, os índices mostram também que de 2030 alunos entrevistados 13,7% frequentaram a escola sob efeito de drogas ilícitas, 13,4% portando arma branca e 1,4% arma de fogo. E de 300 escolas pesquisadas, 47% apresentam sinais de depredação (vidros, portas, janelas e lâmpadas quebradas).

Para as autoras Silva e Salles (2010, p. 229 e 230):

O incentivo às relações democráticas, embora importante, é insuficiente para trabalhar a violência no âmbito escolar. Os determinantes da violência extrapolam as características individuais e grupais dos indivíduos envolvidos e não se restringem às vivências do contexto escolar. Assim, é importante que os programas de prevenção à violência ampliem a reflexão sobre os diferentes aspectos presentes na violência escolar.

A criação de políticas públicas relacionadas a essa problemática ajuda muito a resolver a violência escolar, uma vez que esta seja trabalhada de forma eficiente, para dá bons resultados de eficácia. A escola precisa resgatar seus valores, mas sozinha é muito difícil que consiga, pois é necessário um planejamento governamental e educacional para solução ou pelo menos amenização de tal problema. Segundo Souza (2017, p.21):

(...) as políticas públicas emergem de uma necessidade, problema social ou de uma questão socialmente problematizada. Nesta perspectiva, sintetiza Botler (2013), que as políticas públicas: é o Estado em ação, sendo que a sua materialização e forma se dá por meio dos programas governamentais; elas surgem das demandas provenientes de grupos organizados da sociedade e visam à solução por meio da ação governo; e instituem programas e projetos que buscam a solução de determinado problema, conforme o projeto maior.

Para a autora Celina Souza:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a somada atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006. p. 24).

Vale ressaltar que se tratando de iniciativas a nível Nacional, o passo inicial de implantação de políticas públicas voltadas para essa temática, não foi do Ministério da Educação e sim do Ministério da Justiça, que segundo Gonçalves e Sposito (2002, p. 106):

(...). Isso se explica, talvez, pelo fato de que houve um aumento dos índices de violência envolvendo jovens com o crime organizado e homicídios, quer como vítimas, quer como protagonistas. Tais dados foram, de certa forma, reforçados pela imprensa, que, na década de 90, deu ênfase em noticiários que mostravam o envolvimento sistemático de jovens em práticas criminosas. Um dos casos mais aterrorizantes ocorreu em 1997, com o índio pataxó Galdino, queimado e assassinado por cinco jovens pertencentes a camadas médias da cidade de Brasília. Diante desses eventos o Ministério da Justiça começa a voltar suas atenções de forma mais sistemática para o tema da violência entre os jovens, não podendo, é claro, ficar de fora a questão escolar. Sobre esse assunto, o Secretário Nacional dos Direitos Humanos à época, José Gregori, assim se manifestou:... “o reconhecimento da violência como fenômeno peculiar da atualidade – e o aumento de denúncia, a respeito da violência cometidas contra e por jovens – levou a ações sociais, colocando a juventude como problema e como zona de conflito, evocando a necessidade de ampliar a discussão sobre os direitos, englobando as diversas instituições, públicas e privadas, que trabalham com o tema da juventude”. (Waiselfisz, 1998, p. 8). Estando à frente na redução da violência escolar, esse ministério condicionou uma série de iniciativas que foram desdobradas em nível estadual e municipal. Criou, em junho de 1999, uma comissão de especialistas encarregada de elaborar diretrizes para enfrentar a violência nas escolas, contando com a parceria de alguns institutos de pesquisa e algumas organizações não governamentais.

Uma dessas diretrizes envolvendo essa comissão pode ser visto no Programa Paz nas Escolas tendo seu início no ano de 2000 em 14 estados brasileiros, as ações do Programa envolvem a execução de campanhas, treinamentos de policiais jovens para estarem aptos no que se refere à mediação de conflitos e capacitações de educadores e policiais em direitos humanos e ética para que estes estivessem preparados para resolver as situações de violência dentro das escolas, ressaltando que a execução do Programa visa a realidade de cada Estado.

Existem também em outros Estados brasileiros Políticas Públicas parecidas com a existente aqui no Amapá que combatem a violência escolar como fala Costa citado por Souza (2017, p. 17):

Costa (2012), “Mediação de conflitos escolares e justiça restaurativas”, traz no seu trabalho de pesquisa que foi investigada a viabilidade e a eficiência da mediação de conflitos com métodos de justiça restaurativa como alternativa de prevenção da violência escolar, segundo a perspectiva do Programa Sistema de Proteção Escolar, implantado pela Secretaria de Estado da Educação nas escolas da rede estadual de São Paulo.

Também podemos citar que no Brasil segundo Souza (2017, p. 36-37):

(...) até o ano de 2015, não existia no ordenamento jurídico pátrio uma lei, norma ou preceito que estabelecesse regras a serem seguidas a fim de controlar os comportamentos e ações de indivíduos quando se identificasse algum tipo de violência ocorrida no ambiente escolar. Posteriormente, a prevenção e o combate ao *bullying* passaram a ter previsão legal, além de leis estaduais e da legislação federal, Lei nº 13.185 promulgada no ano de 2015 conhecida como “lei *anti-bullying*”. É a partir de políticas públicas desenvolvidas a nível federal que a violência escolar vem sendo tratada de forma universalizada, utilizando-se dos mesmos conceitos e estratégias traçados pela lei.

Em Porto Alegre visando o combate a violência escolar e após uma coleta de dados dentro das escolas a respeito da violência:

(...) foi organizada uma primeira etapa de atividades denominada Ação Contra a Violência na Escola – ACVE –, que buscou orientar suas ações a partir de algumas premissas: diálogo (a palavra tomando o lugar da violência); reconhecimento do conflito que deverá ser trabalhado pela negociação; criação na escola de um ambiente cooperativo e solidário; e compreensão das mensagens contidas nas incivildades e em atos violentos. (GONÇALVES, SPOSITO, 2002, p. 120).

De acordo com os autores, o intuito dessa ação era promover ações que capacitassem às pessoas para saber lidar, ou seja, saber mediar e resolver os conflitos existentes dentro das escolas. Também foi criado o Fórum Municipal, composto por órgãos governamentais, que juntos buscavam alternativas e soluções para os conflitos de violência escolar, estes estavam presentes dentro das unidades escolares para ajudar na mediação de conflitos relacionados a violência escolar.

O Estado de Minas Gerais no Município de João Monlevade, através da Secretaria de Educação Municipal elaboraram uma cartilha de prevenção da violência e educação para a paz – Um guia para reflexão e ação. Nesta cartilha explicam e

sugerem de maneira bem eficaz e objetiva ideias, sugestões e informações recolhidas em estudos, pesquisas e projetos recentes que estão buscando compreender as causas do crescimento da violência e apontar caminhos para enfrentar e prevenir este fenômeno.

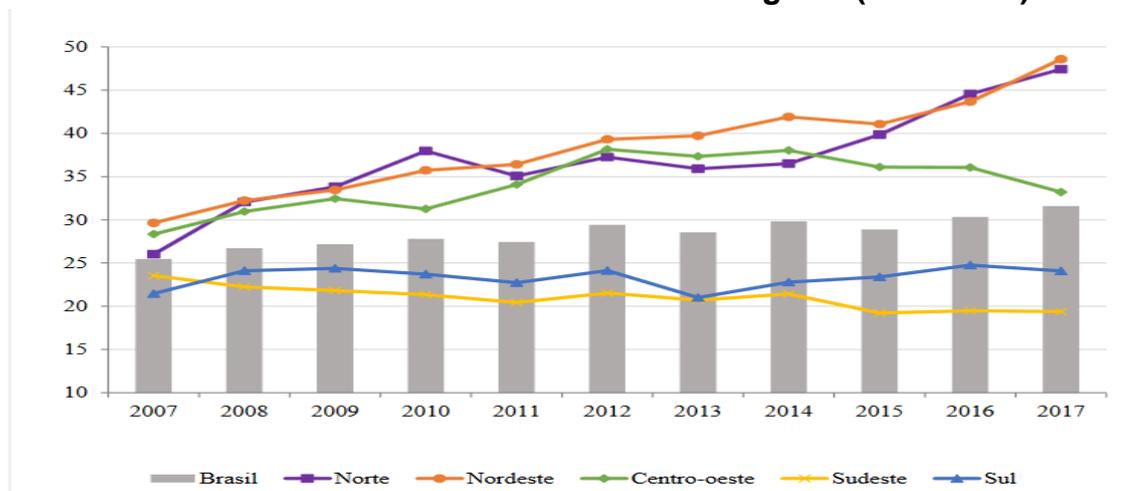
De acordo com os autores Gonçalves e Sposito (2002), “No Brasil, durante os últimos vinte anos, as políticas públicas de redução da violência em meio escolar têm se originado, sobretudo, na esfera estadual e municipal” (p. 102). Dessa forma ainda segundo os autores:

Apesar de expressarem iniciativas muitas vezes fragmentadas e descontínuas, já existe um considerável acúmulo de experiências dessas políticas que demandam estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia e proporcionar elementos para a formulação de novas orientações. Tomando como exemplo algumas modalidades de iniciativas, nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, é possível traçar os elementos principais que orientam o nascimento das políticas públicas voltadas para a superação das condutas violentas que atingem os estabelecimentos escolares, sobretudo nas cidades brasileiras de médio e grande porte.

Pode-se analisar que ainda se faz necessário mais Políticas Públicas de enfrentamento a violência escolar, não somente trabalhos de conscientização como também trabalhos de resolução desses problemas, pois já é uma realidade da maioria das escolas brasileiras, e que estas estão necessitando de ajuda para enfrentar esse problema.

Se faz necessário apresentar alguns dados da violência na região Norte como exemplifica o gráfico 1:

Gráfico 1 - Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)



Fonte: Atlas da violência 2019. IBGE

Segundo o Atlas da Violência de 2019, o motivo desse forte crescimento na Região Norte e Nordeste “[...] tenha sido influenciado pela guerra de facções criminosas deflagrada entre junho e julho de 2016, entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país [...] Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV)”. O Atlas da Violência 2019 ainda dispõe de um assunto que ele coloca como “Custos econômicos da violência”

A criminalidade violenta constitui um grande problema econômico, uma vez que afeta o preço dos bens e serviços, além de contribuir para inibir a acumulação de capital físico e humano, bem como o desenvolvimento de determinados mercados (Cerqueira, 2014). No que tange à esfera fiscal, importantes e escassos recursos do Estado são drenados para lidar com o enfrentamento e com as consequências da violência.(...)Portanto, além da sociedade pagar mais caro por seus produtos, a mesma ainda dispende recursos para seguros e segurança privada. Em outra mão, o Estado gasta para manter o seu sistema de segurança pública e prisional, além de alocar recursos no sistema público de saúde e de assistência social para o pagamento de pensões, licenças médicas e aposentadorias para atender as vítimas de violência. Contudo, o maior custo da violência diz respeito às perdas prematuras de vida, devido ao homicídio. (p.11).

Tabela 1 - Custo econômico da violência no Brasil

Componente	Ano de cálculo	Percentual do PIB	Bilhões de R\$ (PIB 2016)
Custos privados (I)		4,2%	262
Custos intangíveis com homicídios*	2012	2,5%	157
Gastos com segurança privada e seguros	2004	1,7%	105
Despesas públicas (II)		1,7%	111
Sistema de saúde	2003	0,1%	9
Segurança pública (polícia)	2015	1,4%	88
Sistema prisional**	2013	0,2%	14
Custo da violência no Brasil (I+II)		5,9%	373

Fonte: Atlas da violência 2019. Diest/Ipea.

Nas tabelas abaixo é possível visualizar o crescimento da violência no Estado do Amapá, no que se refere a taxa e número de homicídios.

Tabela 2 - Brasil: taxa de homicídio por UF (2007-2017)

	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
Brasil	25,5	26,7	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3	31,6	24,0%	7,4%	4,2%
Acre	19,5	19,6	22,1	22,5	22,0	27,4	30,1	29,4	27,0	44,4	62,2	219,4%	126,9%	39,9%
Alagoas	59,5	60,3	59,3	66,9	71,4	64,6	65,1	62,8	52,3	54,2	53,7	-9,8%	-16,9%	-0,9%
Amapá	27,0	34,2	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	77,7%	32,6%	-1,4%
Amazonas	21,1	24,8	27,0	31,1	36,5	37,4	31,3	32,0	37,4	36,3	41,2	95,3%	10,1%	13,5%
Bahia	26,0	33,2	37,1	41,7	39,4	43,4	37,8	40,0	39,5	46,9	48,8	87,8%	12,5%	3,9%
Ceará	23,2	23,9	25,3	31,8	32,7	44,6	50,9	52,3	46,7	40,6	60,2	159,7%	34,9%	48,2%
Distrito Federal	29,2	31,8	33,8	30,6	34,6	36,0	30,0	29,6	25,5	25,5	20,1	-31,3%	-44,3%	-21,4%
Espírito Santo	53,3	56,4	56,9	51,0	47,1	46,6	42,2	41,4	36,9	32,0	37,9	-29,0%	-18,7%	18,5%
Goiás	26,0	30,7	32,1	33,0	37,4	45,4	46,2	44,3	45,3	45,3	42,8	64,3%	-5,7%	-5,6%
Maranhão	18,0	20,3	22,0	23,1	23,9	26,5	31,8	35,9	35,3	34,6	31,1	73,1%	17,7%	-10,1%
Mato Grosso	30,5	31,7	33,3	32,0	32,8	34,5	36,4	42,1	36,8	35,7	32,9	7,9%	-4,4%	-7,7%
Mato Grosso do Sul	30,5	29,9	30,7	26,8	27,2	27,3	24,3	26,7	23,9	25,0	24,3	-20,2%	-10,9%	-2,9%
Minas Gerais	20,9	19,6	18,7	18,6	21,6	23,0	22,9	22,8	21,7	22,0	20,4	-2,7%	-11,4%	-7,5%
Pará	30,3	39,1	40,2	46,4	40,0	41,4	42,7	42,7	45,0	50,8	54,7	80,7%	32,2%	7,5%
Paraíba	23,7	27,5	33,5	38,6	42,6	40,0	39,6	39,3	38,3	33,9	33,3	40,7%	-16,7%	-1,7%
Paraná	29,5	32,5	34,6	34,3	32,1	33,0	26,7	26,9	26,3	27,4	24,4	-17,5%	-26,1%	-11,0%
Pernambuco	53,0	50,9	45,0	39,5	39,2	37,3	33,9	36,2	41,2	47,3	57,2	7,8%	53,6%	21,0%
Piauí	12,5	11,6	12,2	13,2	14,0	16,6	18,8	22,4	20,3	21,8	19,4	55,6%	17,1%	-10,9%
Rio de Janeiro	41,6	35,7	33,5	35,4	29,7	29,4	31,2	34,7	30,6	36,4	38,4	-7,8%	30,5%	5,5%
Rio Grande do Norte	19,1	23,0	25,5	25,6	33,0	34,8	42,9	47,0	44,9	53,4	62,8	228,9%	80,4%	17,7%
Rio Grande do Sul	19,8	21,9	20,5	19,5	19,4	22,1	20,8	24,3	26,2	28,6	29,3	47,6%	32,4%	2,5%
Rondônia	27,2	32,1	35,8	34,9	28,5	33,1	27,9	33,1	33,9	39,3	30,7	12,9%	-7,3%	-22,0%
Roraima	27,9	25,4	28,0	26,9	20,6	30,7	43,8	31,8	40,1	39,7	47,5	69,9%	54,7%	19,6%

Fonte: Atlas da violência 2019. IBGE

Tabela 3 - Brasil: número de homicídios por UF (2007-2017)

	Número de Homicídios											Variação %		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
Brasil	48.219	50.659	52.043	53.016	52.807	57.045	57.396	60.474	59.080	62.517	65.602	36,1%	15,0%	4,9%
Acre	137	133	153	165	164	208	234	232	217	363	516	276,6%	148,1%	42,1%
Alagoas	1.836	1.887	1.873	2.087	2.244	2.046	2.148	2.085	1.748	1.820	1.813	-1,3%	-11,4%	-0,4%
Amapá	172	210	190	260	209	253	225	256	293	381	383	122,7%	51,4%	0,5%
Amazonas	715	830	916	1.082	1.292	1.344	1.191	1.240	1.472	1.452	1.674	134,1%	24,6%	15,3%
Bahia	3.659	4.819	5.432	5.844	5.549	6.148	5.694	6.052	6.012	7.171	7.487	104,6%	21,8%	4,4%
Ceará	1.933	2.019	2.165	2.688	2.792	3.841	4.473	4.626	4.163	3.642	5.433	181,1%	41,4%	49,2%
Distrito Federal	711	812	882	786	902	954	837	843	742	760	610	-14,2%	-36,1%	-19,7%
Espírito Santo	1.877	1.947	1.985	1.792	1.672	1.667	1.622	1.609	1.450	1.270	1.521	-19,0%	-8,8%	19,8%
Goiás	1.521	1.792	1.902	1.979	2.272	2.793	2.975	2.887	2.997	3.036	2.901	90,7%	3,9%	-4,4%
Maranhão	1.127	1.277	1.398	1.519	1.591	1.777	2.163	2.462	2.438	2.408	2.180	93,4%	22,7%	-9,5%
Mato Grosso	889	937	1.000	972	1.009	1.074	1.158	1.358	1.203	1.180	1.102	24,0%	2,6%	-6,6%
Mato Grosso do Sul	710	699	725	656	673	683	630	700	634	671	659	-7,2%	-3,5%	-1,8%
Minas Gerais	4.125	3.889	3.742	3.646	4.262	4.562	4.717	4.724	4.532	4.622	4.299	4,2%	-5,8%	-7,0%
Pará	2.194	2.860	2.989	3.521	3.073	3.236	3.405	3.446	3.675	4.223	4.575	108,5%	41,4%	8,3%
Paraíba	864	1.029	1.263	1.455	1.614	1.525	1.551	1.551	1.522	1.355	1.341	55,2%	-12,1%	-1,0%
Paraná	3.105	3.445	3.698	3.586	3.376	3.489	2.936	2.980	2.936	3.080	2.759	-11,1%	-20,9%	-10,4%
Pernambuco	4.557	4.446	3.963	3.473	3.471	3.327	3.124	3.358	3.847	4.447	5.419	18,9%	62,9%	21,9%
Piauí	383	361	385	411	440	525	598	717	650	701	626	63,4%	19,2%	-10,7%
Rio de Janeiro	6.551	5.662	5.365	5.667	4.781	4.772	5.111	5.718	5.067	6.053	6.416	-2,1%	34,5%	6,0%
Rio Grande do Norte	589	714	800	810	1.054	1.124	1.447	1.602	1.545	1.854	2.203	274,0%	96,0%	18,8%
Rio Grande do Sul	2.199	2.380	2.242	2.085	2.077	2.382	2.322	2.724	2.944	3.225	3.316	50,8%	39,2%	2,8%

Fonte: Atlas da violência 2019. MS/SVS/CGIAE

Ressalta-se ainda que a cultura de paz falta expansão, os programas de educação para a Paz estão se ampliando gradativamente a nível nacional, pois segundo Cardoso (2012):

A educação para a paz tem emergido como uma alternativa significativa à violência cultural e social. Tarefa urgente, exigência indiscutível, componente importante dos programas educativos são alguns dos atributos referidos à educação para a paz. Ainda pouco conhecida no Brasil, a educação para a paz cada vez mais está presente dentro das escolas como possibilidade de enfrentamento das violências. No entanto, apesar da unanimidade em relação à importância da paz e da multiplicação de projetos sobre essa temática, poucas mudanças reais são percebidas. (CARDOSO, 2012, p. 06).

Para que essas mudanças ocorram efetivamente, não basta só a inserção do Programa dentro das instituições escolares, é necessário um conjunto de fatores e parcerias para que este funcione e dê resultados positivos para a escola, pois é isso que se espera de uma política pública a eficiência e eficácia desta, para resolver ou sanar os problemas sociais.

Assim, faz-se necessário que haja uma avaliação dessas políticas para se ter análise da eficiência e eficácia de cada programa, segundo Ferreira (1999), “Avaliar significa determinar a valia de algo, atribuir um valor”. Para Garcia avaliação é:

(...) uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos (GARCIA, 2001, p.126).

Para os autores Trevisan e Bellen (2008):

(...) o propósito da avaliação é determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. A avaliação deve proporcionar informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas (...). (TREVISAN e BELLEN, 2008, p. 536)

É imprescindível que toda Política Pública passe por uma avaliação, pois esta serve como um “diagnóstico” para a continuidade ou não da política, é através dessa avaliação que se tem conhecimento se está sendo eficaz e eficiente o Programa para benefício da sociedade. É importante ressaltar que:

As avaliações podem ser um “problema” para os governantes, executores e gerentes de projetos porque os resultados podem causar constrangimentos públicos. As informações e resultados das avaliações podem ser usados pelo público e pela imprensa para criticar os governos, da mesma forma que, em caso de “boas notícias”, os governos podem usá-las para legitimar as próprias políticas, como ganho político (TREVISAN, HANS, 2008, 538).

2.2 O ESTADO DO AMAPÁ E O MUNICÍPIO DE MACAPÁ

Macapá é um município brasileiro, capital do estado do Amapá, Região Norte do país. O Amapá é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado a nordeste da Região Norte, no Platô das Guianas. O seu território é de 142.828,521 km², o que o torna o 18º maior estado do Brasil¹. Segundo o IBGE (2018) o Amapá possui 829.494 mil habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 2,02% entre 2017 e 2018, de acordo com a Projeção da População, possui 16 Municípios, é a única capital estadual brasileira que não possui interligação por rodovia a outras capitais. Além disso, é a única cortada pela linha do Equador e que se localiza no litoral do rio Amazonas².

O município detém o 94º maior produto interno bruto da nação, com 8,9 bilhões de reais e é a quinta cidade mais rica do norte brasileiro, respondendo por 2,85% de todo o produto interno bruto (PIB) da região. Na Amazônia, é a terceira maior aglomeração urbana, com 3,5% da população de toda a Região Norte do Brasil, reunindo em sua região metropolitana quase 560 mil habitantes. Aproximadamente 60% da população do estado está na capital³.

A população macapaense, assim como a brasileira, é fruto de um intenso processo de miscigenação entre populações europeias, africanas e indígenas. No censo de 2010, da população total, 249.720 eram pardos (62,7%), 105.093 eram brancos (26,4%), 38.325 (9,6%) eram pretos e 4.343 (1,1%) eram amarelos. Macapá tem um enorme contingente de pessoas de outros estados da federação. Pessoas vindas do Pará, Maranhão, Ceará e de estados da região sul e sudeste buscam na capital melhores condições de vida. Este fluxo intenso somado a outros fatores resulta no aumento do número de veículos motorizados na cidade, no aumento da criminalidade e a ocupação irregular das áreas de mananciais do município. Estes

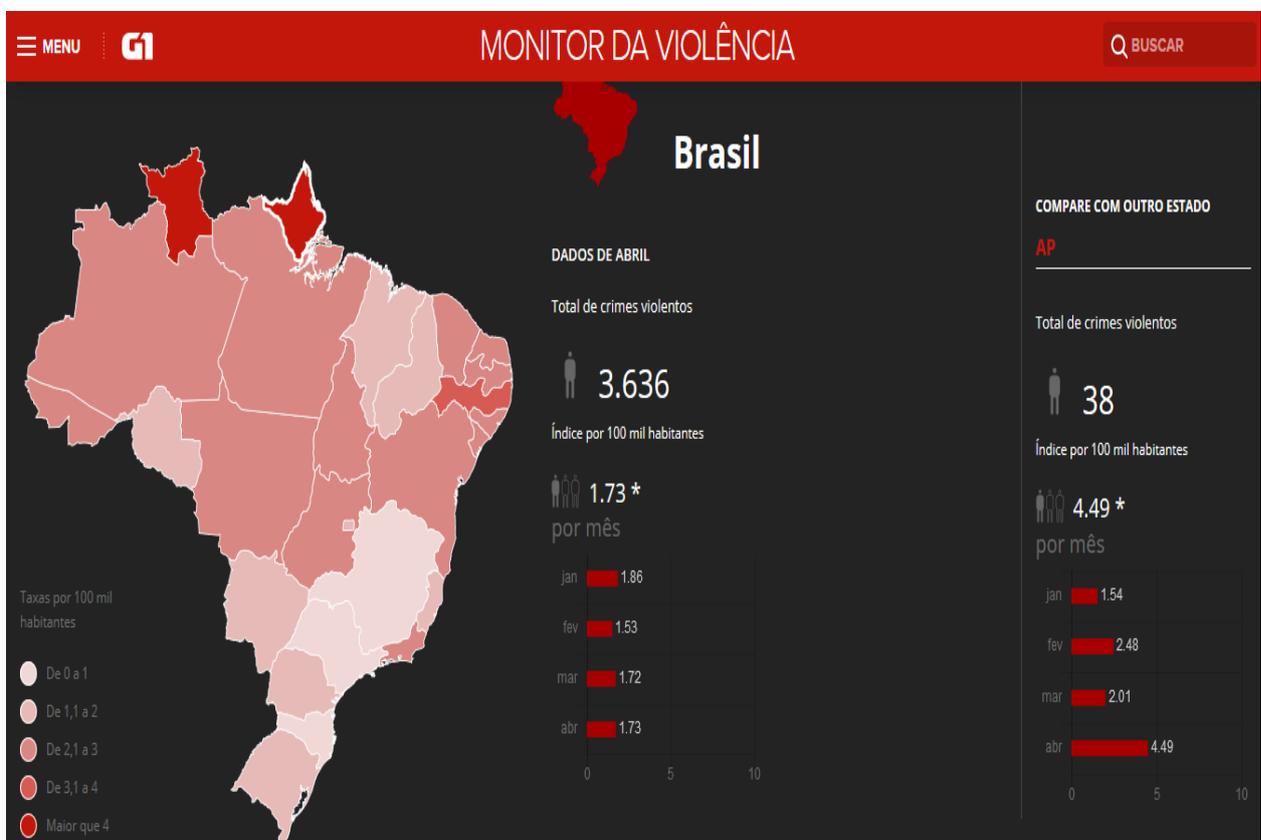
¹Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Macap%C3%A1>.

² Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Macap%C3%A1>.

³ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Macap%C3%A1>.

fatores tem promovido uma transformação no espaço urbano da cidade, um exemplo é a mudança de uma cidade horizontalizada para uma capital que vem experimentando uma verticalização urbana. De acordo com o quadro abaixo segundo o monitor da violência de 2019 elaborado pelo portal G1 da Rede Globo que monitora todos os dados de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, mostra que no mês de abril de 2019 houve um aumento de crimes violentos no Brasil, se compara as taxas do Brasil com o do Estado pode-se observar que só no Estado do Amapá a taxa de mortes violentas é bem superior à do país⁴.

Figura 1 – Monitor da violência no Brasil, comparando com o Estado do Amapá



Fonte: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil#!/dados-mensais-2019>.

Este é apenas um dos muitos registros sobre violência no Brasil e no Estado do Amapá. Esses índices elevados de violência na sociedade Amapaense refletem dentro das escolas, na verdade a escola sofre um reflexo, se torna

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>.

consequência de toda essa violência. Pois vítimas e infratores estão dentro das escolas e muitas vezes cometendo o mesmo crime/infração que comete fora dela.

O estado do Amapá, vivencia uma realidade de violência, as escolas que se encontram em áreas consideradas de periferia, ou seja, áreas de muita vulnerabilidade social, marginalização e usuários de entorpecentes. Em sua maioria são jovens e adolescentes que frequentam a escola do que está localizada no bairro, dessa forma, traz em grande parte o que faz fora para dentro da escola. Isso é uma realidade do Estado do Amapá, os mesmos crimes que o aluno comete fora da escola ele comete dentro da instituição também.

Devido aos crescentes casos de apreensões de armas e drogas e de agressões dentro de escolas, uma das estratégias adotadas pelas escolas de Macapá para solucionar o problema de insegurança e de violência tem sido recorrer à polícia. Segundo o Sistema de Informação de Agressão e Violência das Escolas do Estado do Amapá (SIAVE), do banco de dados da polícia, no ano de 2016, do total de ocorrências, 6% foram de porte de drogas, 5% relacionadas ao uso de arma branca e 2% foram de jovens com armas de fogo. Números da Polícia apontam que no primeiro semestre de 2016 a metade das 54 escolas só da Zona Norte sofreu intervenção em decorrência de roubos, tráfico de drogas e brigas dentro dos prédios. Nos seis primeiros meses, os policiais realizaram mais de 200 intervenções nas escolas, sendo 70% de atendimento a ocorrências e 30% palestras, tanto dentro quanto no entorno das instituições.

Com isso a sociedade vivenciando e sofrendo esses problemas de violência dentro das escolas oportunizou a intervenção da polícia militar dentro das unidades escolares. A polícia militar criou o policiamento comunitário que atende o policiamento escolar onde, que ao invés de se entender o muro da escola como uma barreira intransponível à presença policial, o desafio está em estabelecer canais de comunicação para que os diversos sujeitos possam coordenar suas competências objetivando a solução de problemas.

O Policiamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona nova parceria entre a população e a polícia. Pois o anseio da população Amapaense foi e é tão grande em resolver esses conflitos que se tornou normal a presença da polícia dentro da escola quando assim a escola julgar necessário. O Policiamento Comunitário Escolar é o processo de policiamento que

trabalha em cooperação preventiva com a comunidade escolar para identificar, priorizar e resolver os problemas existentes nos conflitos de violência em nossas instituições de ensino, assim, ação do Policiamento Comunitário Escolar surge como uma política pública da Segurança Pública no combate à violência em nossas escolas.

Para Bayley (2001) o relacionamento entre polícia e sociedade é recíproco - a sociedade molda o que a polícia é, e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode tornar-se, ele aponta elementos-chave para um projeto de policiamento comunitário: organizar a prevenção do crime tendo por base a comunidade; reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar serviços não- emergenciais; aumentar a responsabilização das comunidades locais e descentralizar o comando. A polícia nem sempre utiliza a força para regular as relações interpessoais, ainda que esteja autorizada a fazê-lo. A responsabilização implica controle, e o controle gera responsabilização, Foucault (2008) delimita o papel da polícia como garantidora da ordem interna e técnica de controle populacional, dotada de saberes específicos, constituindo-se, junto com segurança e a Economia Política, naquilo que o autor denominou de biopolítica.

O 2º Batalhão da Polícia Militar, através da Companhia de Policiamento Escolar (CPE), visa prevenir a violência e a prática de atos infracionais que possam ser cometidos por crianças e adolescentes, objetivando assim, a aproximação e a construção de uma cultura de paz junto à comunidade escolar. A companhia é composta por 3 equipes, há uma equipe que trabalha das 7h às 15h e outra de 15h às 23h. A área de atuação compreende toda a área da Zona Norte de Macapá, atualmente existem cerca de 47 instituições de ensino, incluindo particulares e federais , nessas são 17 escolas municipais com 3 anexos, 21 escolas estaduais, o Instituto Federal do Amapá IFAP e 8 escolas particulares. Conforme observamos segundo imagem abaixo:

Figura 2 - Mapa de atuação do Policiamento Escolar da Zona Norte de Macapá



Fonte: Companhia de Policiamento Escolar do 2º Batalhão

Em razão da violência escolar, a sociedade, bem como a escola, aceitou a participação interna da polícia militar. Neste trabalho, em que vamos examinar um programa alternativo a esse, que aposta na própria comunidade escolar como protagonista para resolver seus problemas, veremos que a concepção que defende a polícia na escola ainda é majoritária na sociedade macapaense. Ao final, apontaremos algumas reflexões que podem ajudar a compreender isso, em eventuais futuras pesquisas.

3 PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA PAZ – MACAPÁ/AP

O Programa Educação para a Paz no Estado do Amapá foi criado tendo como referência o Projeto de Lei nº 0233/17 – AL LEI Nº 2.282, de DEZEMBRO DE 2017, publicada no diário oficial do Estado nº 6591, de 29.12.2017 tendo como autora a Deputada Estadual Marília Góes. O Programa no ano de 2018 foi executado por 26 escolas Estaduais em Macapá e 24 no Município de Santana. O Programa possui projetos que são trabalhados nas escolas conforme sua necessidade, são eles: Sistema Educapaz, onde será um sistema de armazenamento de dados relacionados a violência escolar, e o Projeto Escola Restaurativa, onde a uma formação para um grupo de profissionais da escola, e estes irão formar dentro da unidade escolar um grupo de mediação de conflitos e estes poderão ser de dentro e fora da escola, atendendo alunos, professores, pais e a comunidade escolar. Suas metas são fortalecer o currículo no desenvolvimento das competências sócios emocionais e intensificar o movimento de mobilização e articulação para a construção de uma cultura de paz nas escolas no Estado do Amapá.

O objetivo do Programa é promover a cultura de paz, prevenção da violência e à melhoria da convivência nas unidades educacionais, por meio de um conjunto articulado de ações, seus princípios são:

- I – promoção da vida, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;
- II - valorização do diálogo e convívio entre gerações;
- III – dignidade da pessoa humana;
- IV – valorização e promoção da participação social e política como forma direta da promoção da cultura da paz;
- V – Desenvolvimento de formas, ações, programas e projetos que disseminem a cultura da paz no Estado do Amapá, próprios da SEED e ou em parceria;
- VI – reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos universais e agentes construtores de uma sociedade mais livre, justa e solidária;
- VII – redução da marginalização e das desigualdades sociais como forma de prevenção à violência;

VIII – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva dos cidadãos como forma da promoção da tolerância e de enfrentamento à violência.

O programa possui um regime de colaboração para sua efetivação, no Programa Educação para a Paz são admitidas parcerias, cooperação técnica e financeira com agentes públicos e privados para contribuição na edificação de políticas públicas de promoção, integração e desenvolvimento da cultura da paz.

Os parceiros do programa são: Exército-PROFESP (Programa Força no Esporte), Ministério Público-escolas restaurativas, SEAFRRO (Secretaria Extraordinária dos Povos Afrodescendentes) -conhecendo nossa história da África ao Brasil, Conselhos tutelares,LGBT-combate a homofobia, UECSA (União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá),Corpo de bombeiros defesa civil nas escolas, CGU (Controladoria Geral da União)-“um por todos, todos por um”, CVV(Centro de Valorização da Vida)-prevenção ao suicídio, SEDEL (Secretaria de Estado do Desporto e Lazer) - capoeira nas escolas, Policia Militar PROERD(Programa Educacional de Resistência às Drogas)-combate as drogas nas escolas, Policia Militar-Policiamento Escolar, Polícia Rodoviária Federal FETRAN (Festival Estudantil Temático de Trânsito), Policia Federal-combate as drogas, SESA (Secretaria de Saúde)-programa saúde na escola, Secretaria Extraordinária Políticas para as Mulheres-namoro sem violência, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)-OAB vai à escola, SEJUSP(Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública) - alozinho, SEBRAE- educação empreendedora, Batalhão do exército-Programa forças no esporte, SESI-cozinha Brasil, SIMS – Namoro sem violência, SIMS – Projeto criança feliz, Igreja Universal- Namoro blindado.

Sua metodologia acontece da seguinte forma: a Secretaria de Estado da Educação do Amapá - SEED - Faz a Coordenação do Programa Educação para a Paz – através das Escolas Públicas Estaduais – E em parceria através do Regime de Colaboração com todos os interessados em promover uma cultura de paz no estado.O Programa será medido e acompanhado pelo sistema de informações de agressões e violência na escola - EDUCAPAZ, desenvolvido pela SEED e acompanhado pelo Ministério Público. Será feita uma ampla campanha de divulgação para alcançar os objetivos na construção de uma cultura de paz no Estado do Amapá.O carro chefe da campanha é o Projeto Escola Restaurativa – em parceria com o MP e TJAP e que terá

como piloto o Município de Santana, com todas as escolas com o Projeto implantado e funcionando.

Dentro do Programa existe o educaPaz, é um sistema de Monitoramento, com objetivo de mostrar as estatísticas atuais nas Escolas Estaduais do Amapá. O EDUCAPAZ é um sistema de informações, que foi desenvolvido pelo Governo do Estado do Amapá, através da Secretaria de Estado da Educação – SEED, com o apoio do PRODAP, para acompanhar, monitorar e mensurar as agressões e violências nas Escolas Estaduais e Municipais de Macapá e Santana. O objetivo da ferramenta é subsidiar as ações do Programa educação para a Paz, na garantia de soluções no enfrentamento à violência nas escolas.

O EDUCAPAZ possui um manual para que as escolas possam realizar o preenchimento.

**Figura 3 – Página inicial do sistema epaz
Manual de preenchimento do sistema EducaPaz**



Fonte: <http://epaz.seed.ap.gov.br/>

Figura 4 – Manual de preenchimento do sistema EducaPaz



Fonte: <http://epaz.seed.ap.gov.br/>

Figura 5 – Manual de preenchimento do sistema EducaPaz

Acompanhe abaixo o passo a passo de como utilizar o Sistema de Informações de Agressões e Violências nas Escolas - EDUCAPAZ para registrar uma ocorrência.

- 1** **ACESSE O SISTEMA ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO**
www.educapaz.seed.ap.gov.br


- 2** **Clique na aba Escola e após em Ocorrências.**

Depois clique no botão + no canto superior direito para preencher os dados da ocorrência. E Salve.


- 3** **Clique no botão Envolvidos para vincular o(s) Agredido(s) e o(s) Agressor(es) na ocorrência**

Após, clique no botão + para adicionar as pessoas. O Sistema possui um cadastro de pessoas prévio. Basta selecionar a que deseja incluir.


- 4** **Formulário de Cadastro de Pessoas (figura)**

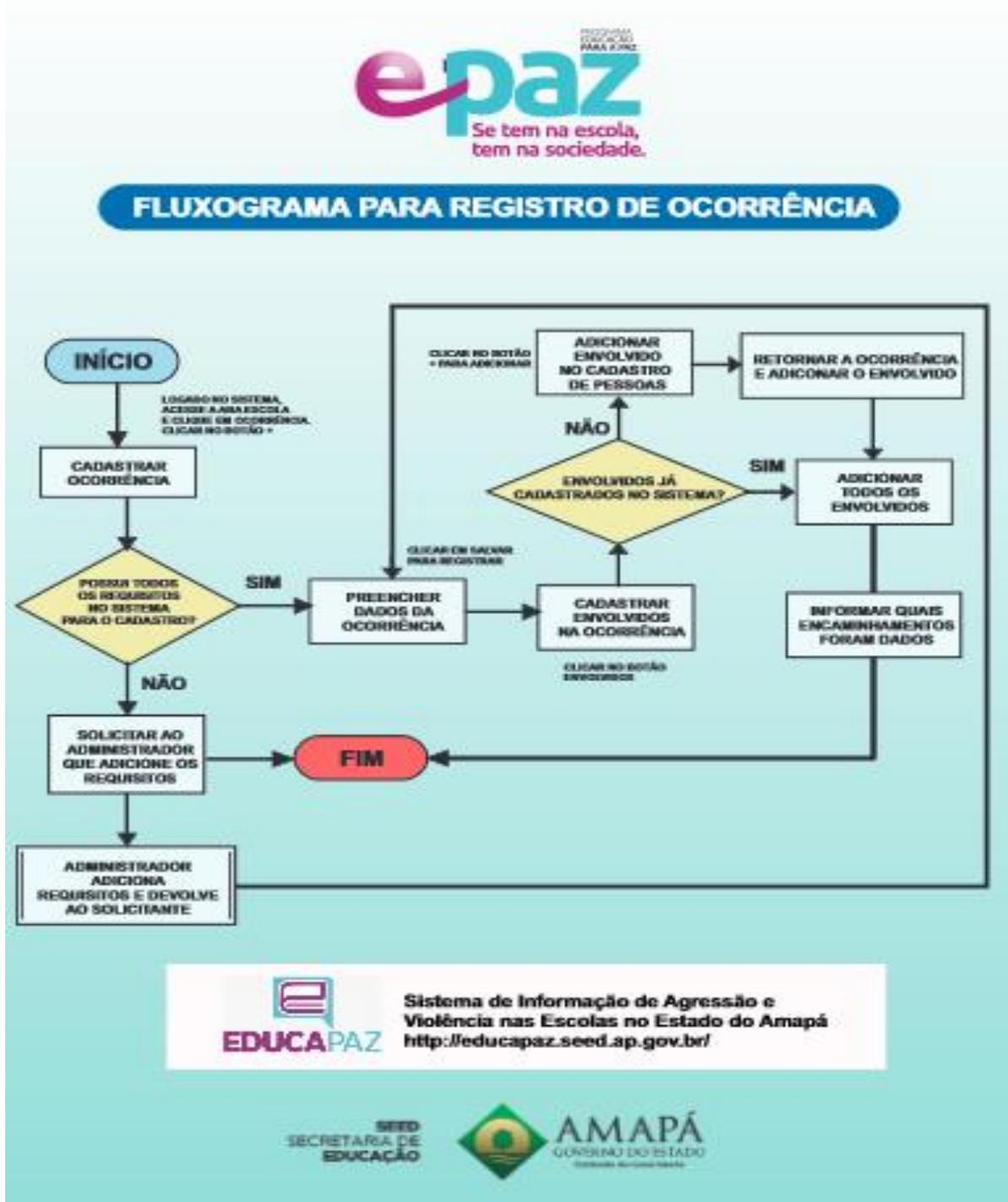
Para cadastrar nova pessoa basta clicar no botão + que aparece ao lado do campo que seleciona pessoas

Após cadastrada a ocorrência e vinculada às pessoas. O processo é finalizado.




Fonte: <http://epaz.seed.ap.gov.br/>

Figura 6 – Fluxograma do sistema para registros de ocorrências



Fonte: <http://epaz.seed.ap.gov.br/>

O que o Programa faz:

VIDA: Promoção da vida, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;

DIGNIDADE: Valorização do diálogo e convívio entre gerações e Dignidade da pessoa humana.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: Valorização e promoção da participação social e política como forma direta da promoção da cultura da paz;

DISSEMINAÇÃO: Desenvolvimento de formas, ações, programas e projetos que disseminem a cultura da paz no Estado do Amapá, próprios da SEED e ou em parceria;

SOCIEDADE MAIS LIVRE: Reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos universais e agentes construtores de uma sociedade mais livre, justa e solidária;

PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA: Redução da marginalização e das desigualdades sociais como forma de prevenção à violência;

ENFRENTAMENTO: Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva dos cidadãos como forma da promoção da tolerância e de enfrentamento à violência;

INTOLERÂNCIA: Repúdio a toda e qualquer forma de violência.

3.1 REFLEXÕES A PARTIR DAS RESPOSTAS: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O problema da violência escolar muda o ambiente institucional, gerando diversos problemas que vão só aumentando com o passar dos dias. Na perspectiva de Abramovay (2003, p.78) a escola:

[...] não é mais um espaço resguardado; ao contrário, tornou-se cenário de ocorrências violentas”. Tais ocorrências interferem no aprendizado, de forma geral, de maneira negativa, reduzindo a qualidade do ensino. Uma dessas consequências, segundo a autora, é a mudança no quadro de professores, o que interfere diretamente no aprendizado do aluno. Professores que não se sentem seguros ou passaram por alguma situação violenta, tentam ao máximo migrar para localidades que se mostrem mais seguras. O resultado disso são escolas com falta de professores. Ao passo que, os professores que permanecem em uma escola considerando-a insegura, acabam por realizar o seu trabalho sob um sentimento de medo e inquietação.

Dessa forma, se faz necessário mais investimentos em projetos, ações, políticas públicas e segurança dentro das escolas, iniciativas e atividades que valorizem o trabalho dos professores, as aulas e os alunos, para que assim a escola se torne um ambiente harmonioso e de paz.

Foram aplicados 120 questionários com alunos na faixa etária entre 12 a 14 anos, com 6 coordenadores pedagógicos, 11 professores, 3 gestores escolares e 10 funcionários de forma geral da escola, totalizando a aplicação de 150 questionários, onde responderam a 9 perguntas relacionadas diretamente com a violência escolar e com o Programa Educação para Paz, a pesquisa foi realizada em 3 escolas estaduais: escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes(citada nesta dissertação como “escola A”, Prof.º Zolito Nunes(citada como “escola B”) e escola Estadual Coelho Neto(citada como “escola C”) da cidade de Macapá. A escola A está localizada no bairro Central, a escola B, localiza-se no bairro Beírol e a escola C, fica localizada no bairro Buritizal, todas na cidade de Macapá. As escolas funcionam nos três turnos, manhã, tarde e noite e possuem mais de 800 alunos cada. As escolas citadas neste trabalho não são consideradas escolas de periferias, são escolas bem localizadas e bem antigas na cidade, a escola A e C encontram-se em bairros relativamente não perigosos, no entanto a escola B, encontra-se em um bairro considerado segundo a polícia militar bastante perigoso, pois neste está inserido apartamentos do programa “minha casa minha vida” chamado “Mucajá”. Neste segundo dados da polícia militar e relatos da mesma, ocorrem vários crimes. Depois da instalação destes apartamentos o bairro passou a ser mais violento e com índices de criminalidade bem alto. O 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado está localizado neste bairro e bem próximo ao Mucajá, mais esse fator não intimida os criminosos. Dessa forma, foram observadas em cada escola com relação a infraestrutura alguns pontos relevantes, assim como a organização da mesma de modo geral como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Descrição e características das escolas campo

Nome da escola	Descrição do prédio	Outras observações
Escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes	<ul style="list-style-type: none"> - Bom estado de conservação, - Escola grande, com vários corredores, - Está passando por uma ampliação, estão sendo feitas mais salas de aula e reforma da quadra, - As salas de aula são todas climatizadas; - Possuem quadro branco; 	<ul style="list-style-type: none"> - As carteiras dos alunos encontram-se bastante pichadas e rabiscadas; - A escola possui uma sala de práticas restaurativas onde 5 pessoas; - Externamente não se observa pichação nas paredes; - A escola possui agente de portaria na entrada principal e outro na entrada secundária e 2 auxiliares de corredor; - Todos os alunos usam uniforme escolar;
Escola Estadual Prof.Zolito de Jesus Nunes	<ul style="list-style-type: none"> - Razoável estado de conservação; - É uma escola muito antiga; - É uma escola grande, com vários corredores e salas; - Algumas salas de aula estão sem algumas janelas; - As salas de aula possuem ventiladores, mais nem todos funcionam; - Possui uma quadra, já um pouco deteriorada e muito suja; 	<ul style="list-style-type: none"> - A escola é limpa e organizada; - Possui duas portarias mais somente em uma possui funcionário; - A escola possui muita pichação nas paredes; - Todos os alunos usam uniforme escolar;
Escola Estadual Coelho Neto	<ul style="list-style-type: none"> - Escola grande; - Salas todas climatizadas; - Carteiras novas; - Possui o núcleo de práticas restaurativas; - Possui quadra; 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola limpa e organizada; - Pouco receptiva; - Possui bastante funcionários; - Não possui pichação nas paredes; - Todos os alunos usam uniformes escolares; - Possui duas portarias mais, somente uma possui funcionário; - A escola apresentou um pouco de resistência para a aplicação dos questionários.

Fonte: Elaborada pela autora.

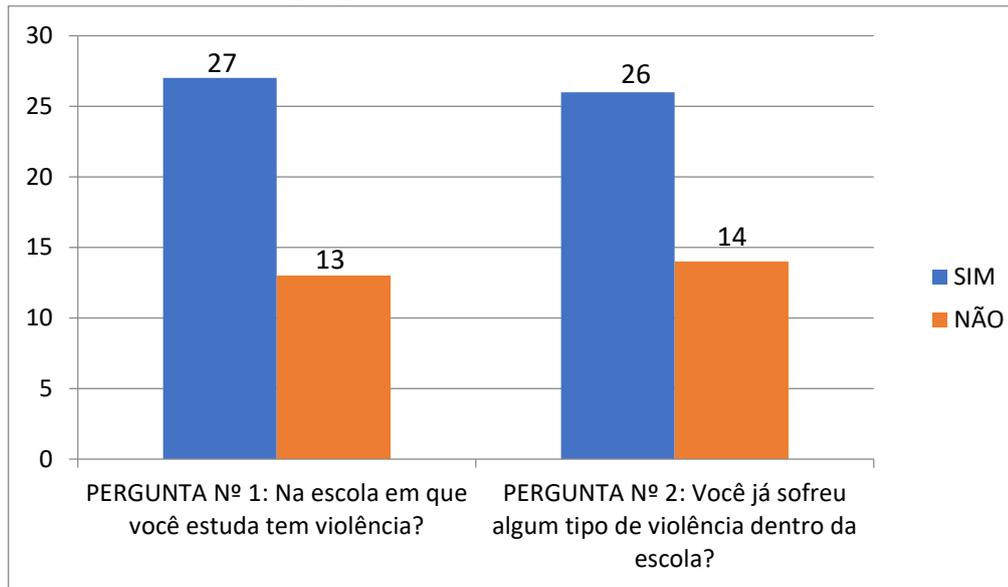
Pode-se fazer uma análise onde foi perceptível que os alunos, professores, e funcionários de forma geral preferem a polícia dentro da escola, das 150, 92 pessoas em seus relatos colocam os argumentos de que a polícia traz mais segurança, age

mais rápido, é mais eficaz, é mais rígida e firme com os alunos, etc, as 38 restantes preferem o Programa e seus projetos, pois são mais pacíficos, conversam mais, e escutam mais os alunos.

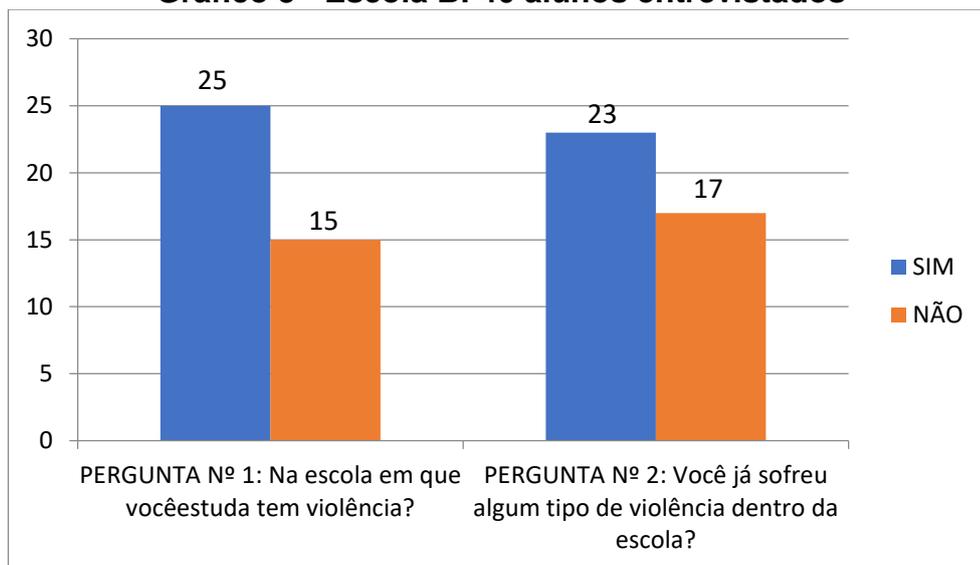
Na maioria das escolas em que segundo a Secretaria de Educação possuem o Programa, em sua listagem são 24 escolas em Macapá, somente em 5 está funcionando o Programa no ano de 2019, das 5 escolas só foi possível aplicar os questionários em 3, as outras 2 não permitiram a aplicação argumentando algumas situações pessoais, muitas escolas relataram para o não funcionamento do mesmo que a SEED não dá apoio para que o Programa funcione efetivamente, relataram que houve a formação para os funcionários que iriam formar o núcleo de práticas restaurativas na escola, mais que depois disso a SEED não apoiou em mais nada. Vale ressaltar que é notório a falta de interesse de algumas instituições escolares em executar o Programa, colocaram várias dificuldades e obstáculos.

Algumas escolas pelo menos 4, os coordenadores pedagógicos relataram que o Programa já funcionou na mesma no ano anterior ou pelo menos dois anos a traz, e parou de funcionar por falta de recurso humano, pois os funcionários capacitados para atuarem na sala de práticas restaurativas não queriam mais a função. Em outra a diretora escolar relatou que o Programa funcionava “pela metade”, pois não cadastrava no sistema educaPaz as informações de violência na escola. Várias foram as dificuldades apresentadas pelas escolas onde o Programa não funciona que infelizmente na cidade de Macapá é a maioria.

As respostas obtidas através da aplicação dos questionários nas escolas foram tabuladas e através destas, montados os gráficos para melhor visualização e análise das respostas.

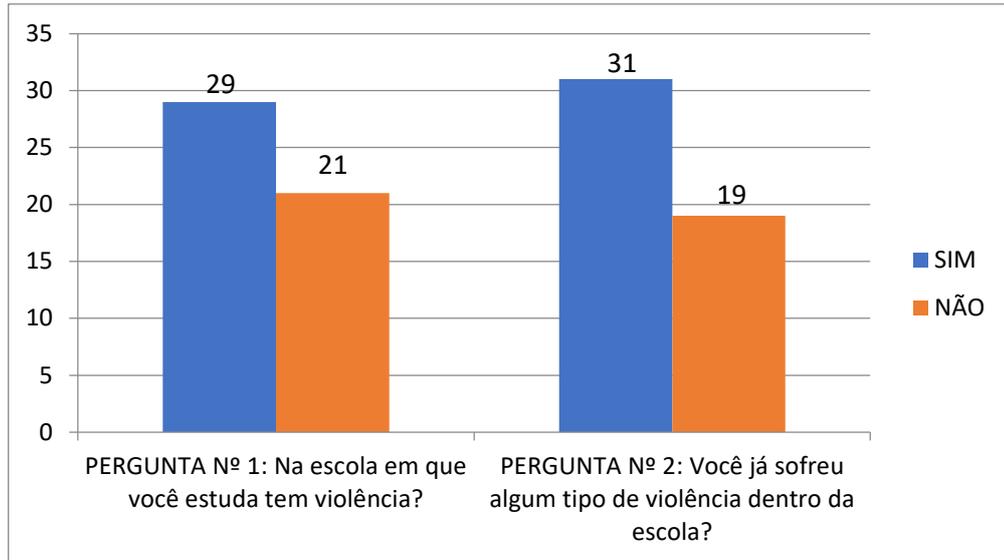
Gráfico 2 - Escola A: 40 alunos entrevistados

Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 3 - Escola B: 40 alunos entrevistados

Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 4 - Escola C: 50 alunos entrevistados



Fonte: elaborado pela própria autora

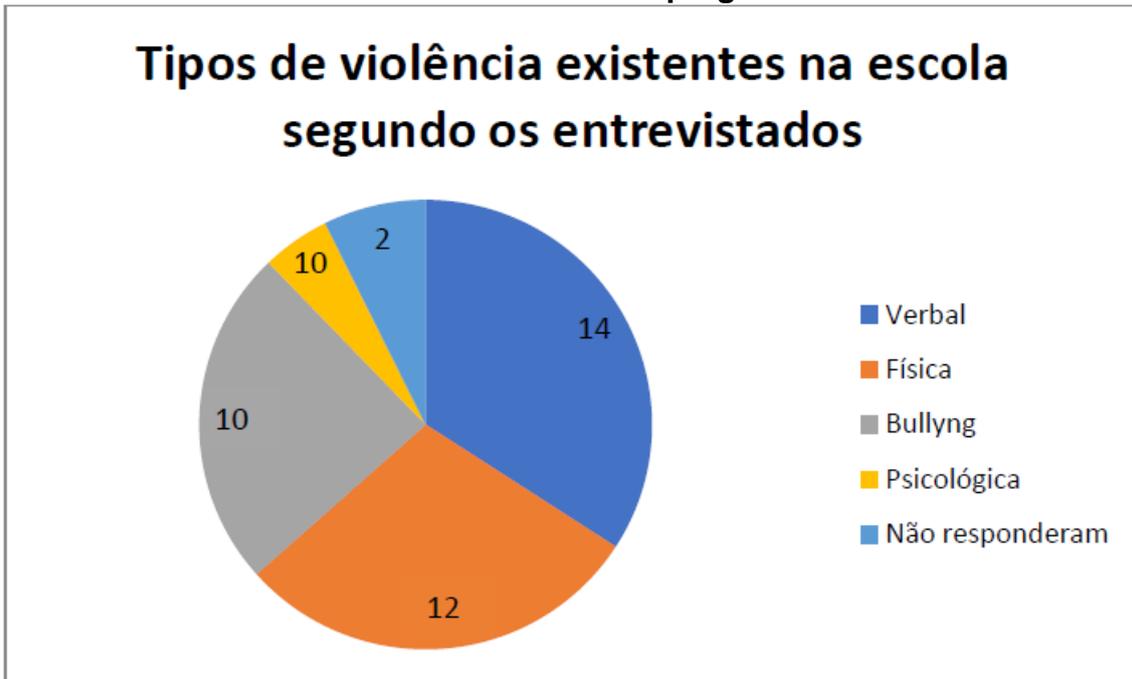
Para a pergunta 1 e 2 as respostas foram mais positivas do que negativas, nas três escolas isso pode ser observado de acordo com os gráficos acima. Os relatos respondidos da pergunta nº 1 da escola A, foram os seguintes:

Gráfico 5 - Escola A: pergunta nº 1



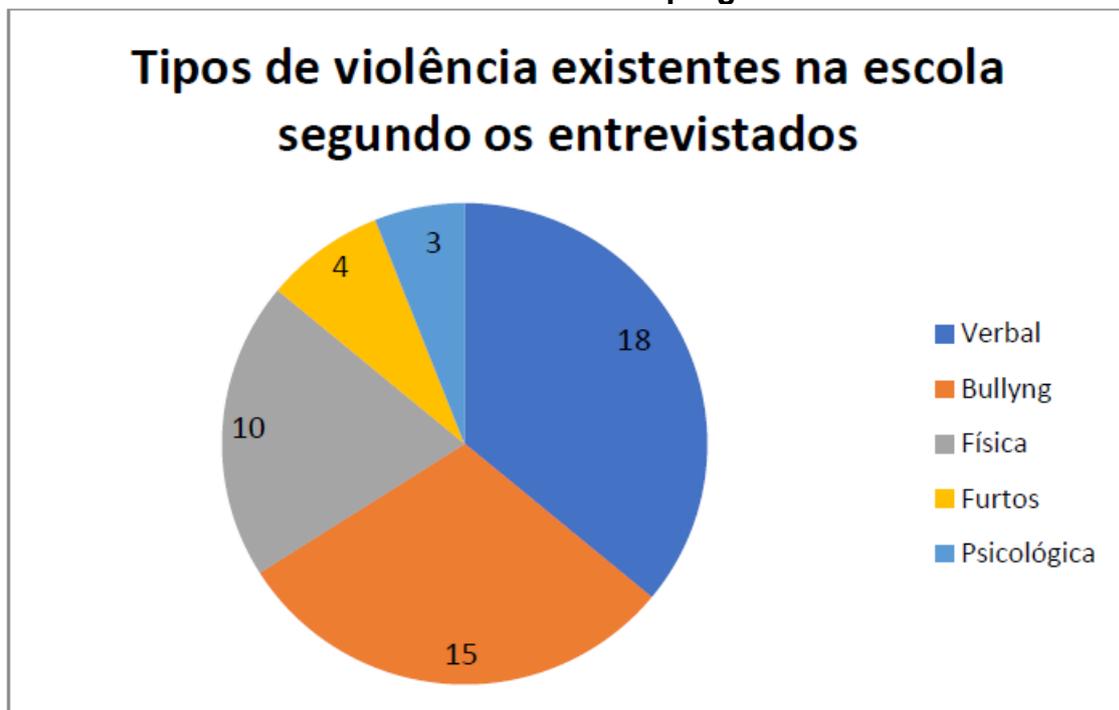
Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 6 - Escola B: pergunta nº 1



Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 7 - Escola C: pergunta nº 1

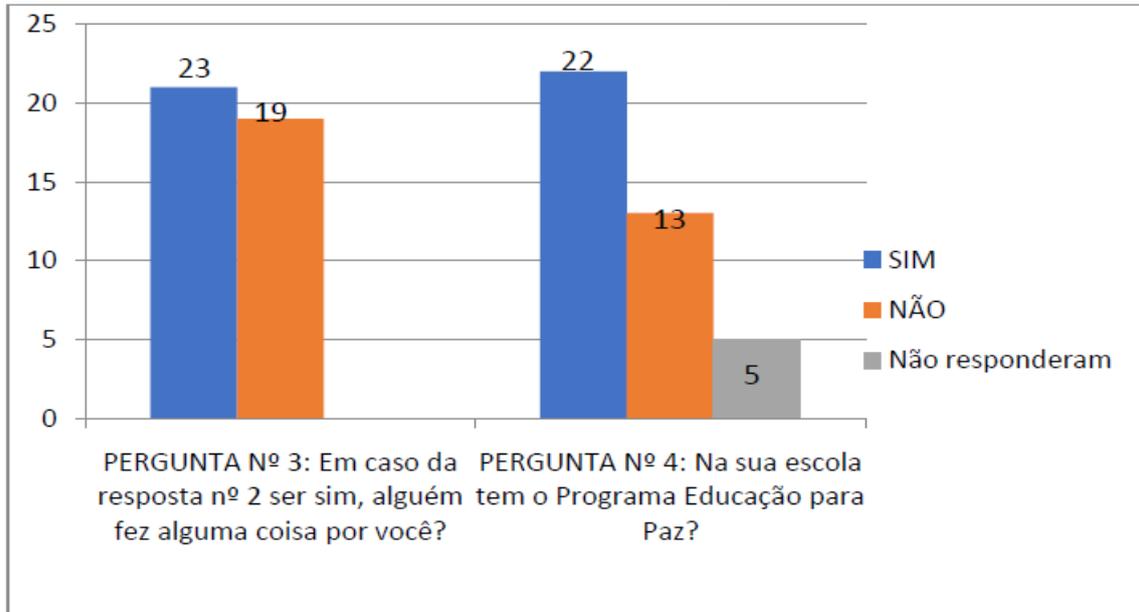


Fonte: elaborado pela própria autora.

Através da análise das respostas quando se perguntou: na sua escola tem o Programa Educação para Paz? A maioria da escola A e B, responderam que não como mostra os gráficos 8 e 9, sendo que as escolas tem o Programa, o executam e

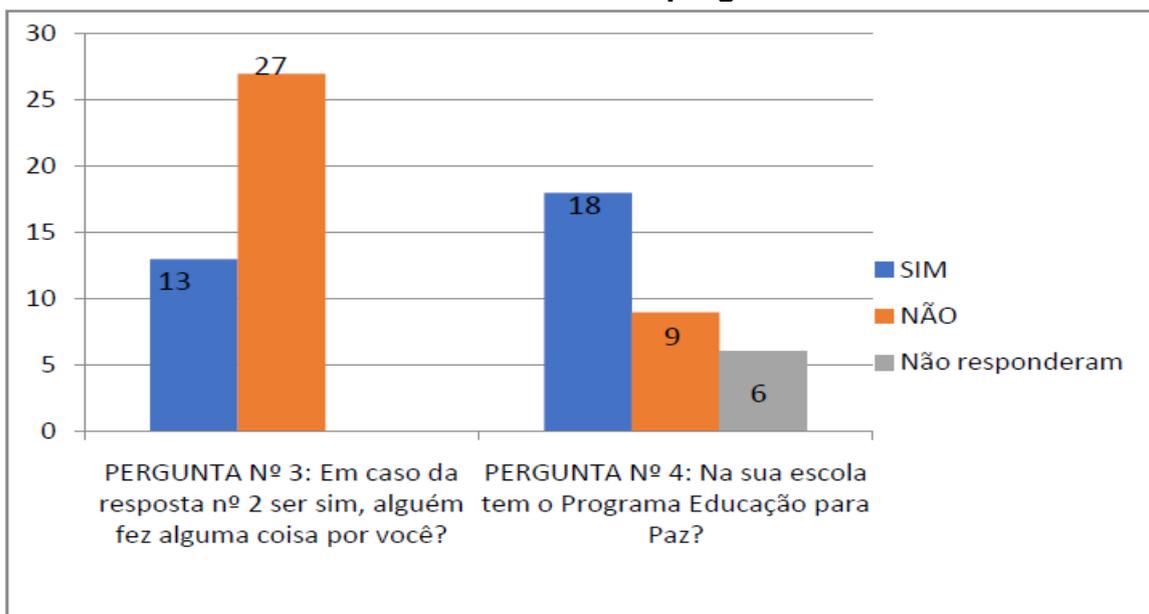
possuem o núcleo de práticas restaurativas, mais por algum motivo os alunos desconhecem isso, pela análise pode-se perceber que ou os alunos não tem interesse ou não houve divulgação do Programa na própria escola.

Gráfico 8 - Escola A: pergunta nº 4



Fonte: elaborado pela própria autora.

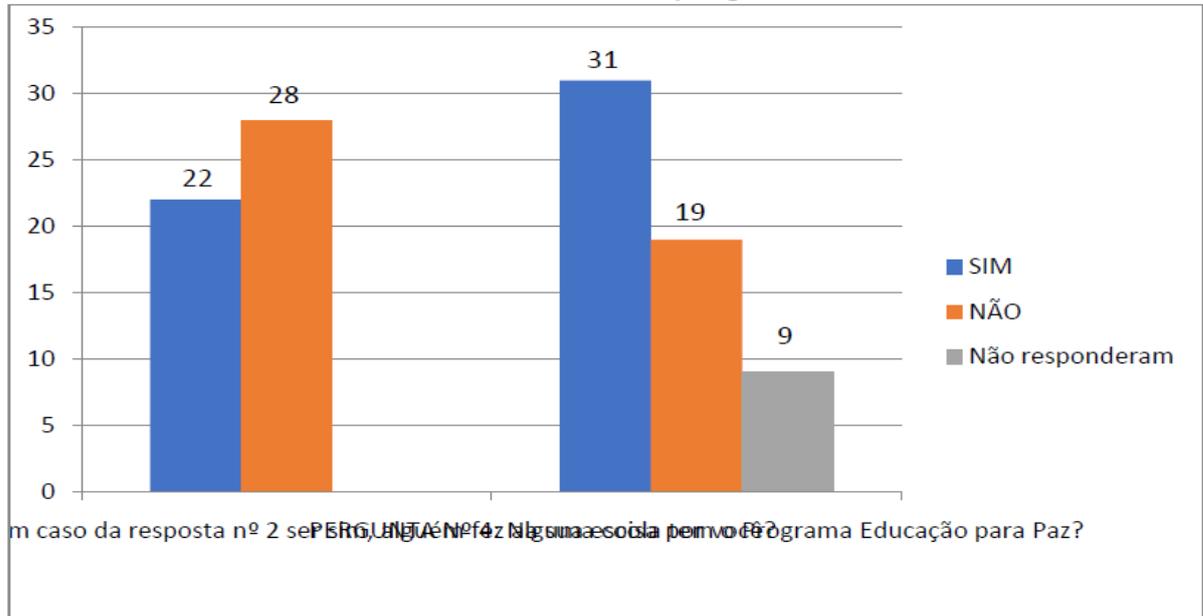
Gráfico 9 - Escola B: pergunta nº 4



Fonte: elaborado pela própria autora.

Já na escola C, a maioria dos alunos respondeu que sim, como mostra o gráfico a seguir:

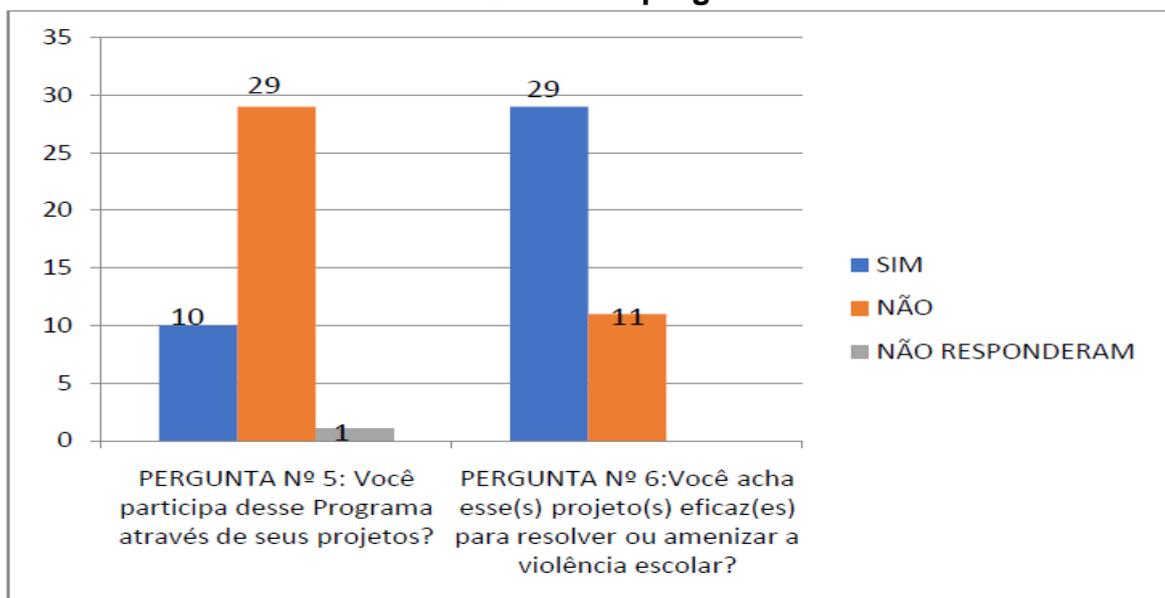
Gráfico 10 - Escola C: pergunta nº 4



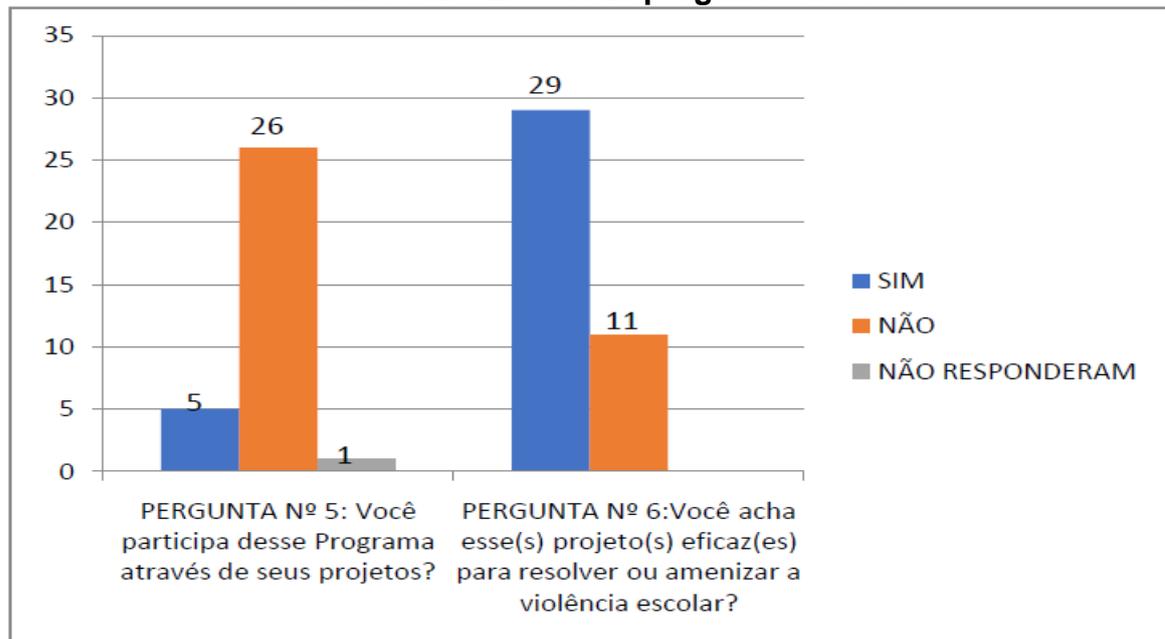
Fonte: elaborado pela própria autora.

Ao perguntar para os alunos entrevistados se eles participam do programa através de seus projetos? E se o programa é eficaz para resolver ou amenizar a violência escolar? os gráficos 11 e 12 mostra que as escolas A e B na pergunta nº 5, tiveram maior número de respostas “não”, já a escola C teve mais respostas positivas para a pergunta nº 5. Já na pergunta de nº 6, todas as escolas segundo os gráficos foram em sua maioria respondidas com “sim”.

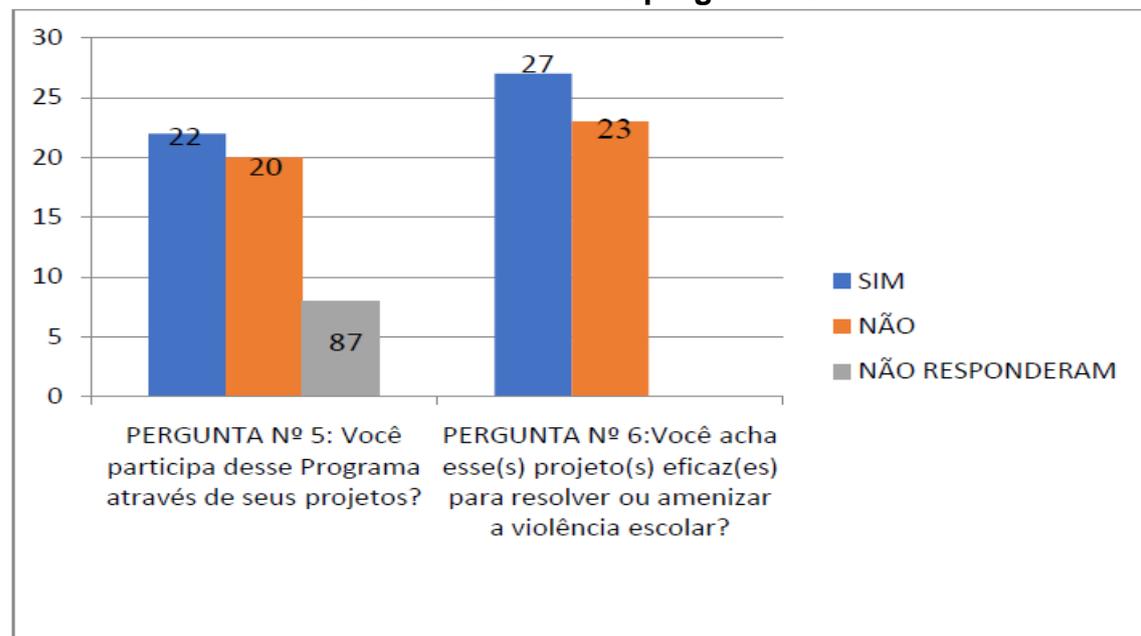
Gráfico 11 – Escola A: perguntas nº 5 e 6



Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 12 – Escola B: perguntas nº 5 e 6

Fonte: elaborado pela própria autora.

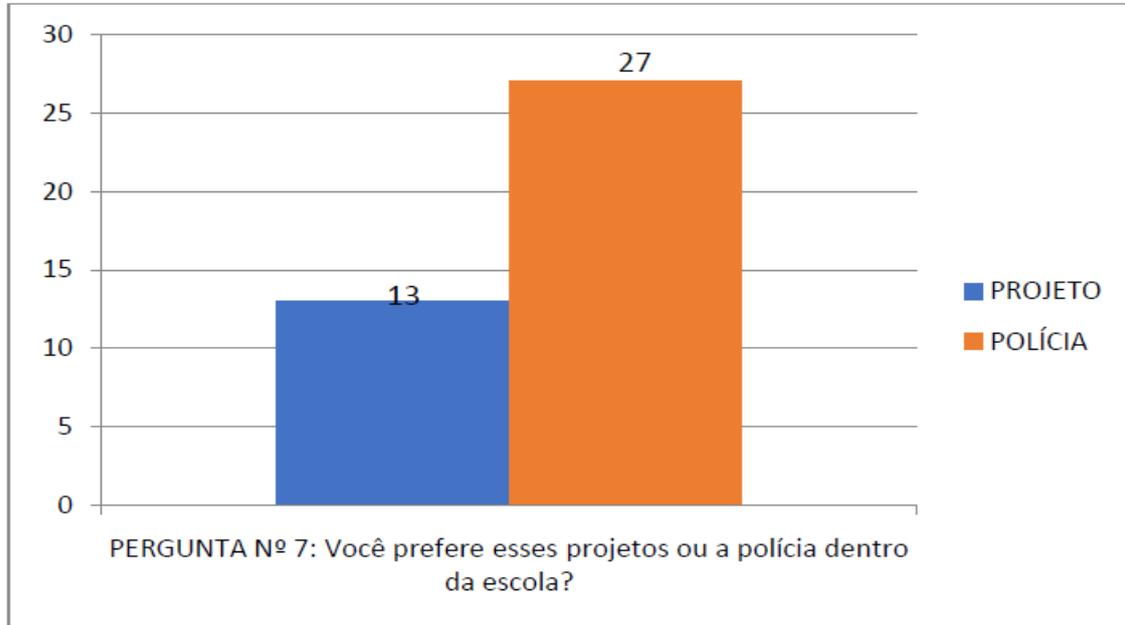
Gráfico 13 – Escola C: perguntas nº 5 e 6

Fonte: elaborado pela própria autora.

Quando perguntado: você acha o Programa eficaz para resolver ou amenizar a violência escolar? As respostas foram um pouco incoerentes, pois os mesmos alunos que responderam que preferem a polícia dentro da escola, responderam que acham o Programa eficaz para resolver ou amenizar a violência escolar. Talvez por quererem o Programa e acharem este importante mais a forma da polícia lidar com esse problema para eles é mais marcante. Na pergunta de nº 7, os

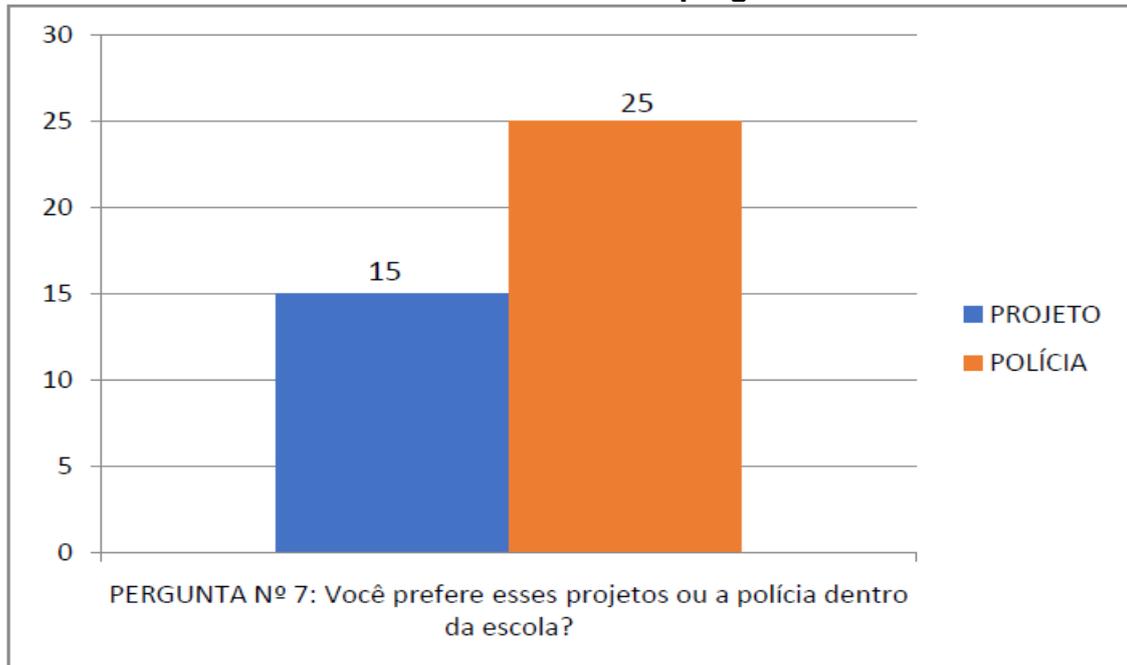
resultados mostram que a maioria dos alunos entrevistados prefere a polícia dentro da escola.

Gráfico 14 – Escola A: pergunta nº 7



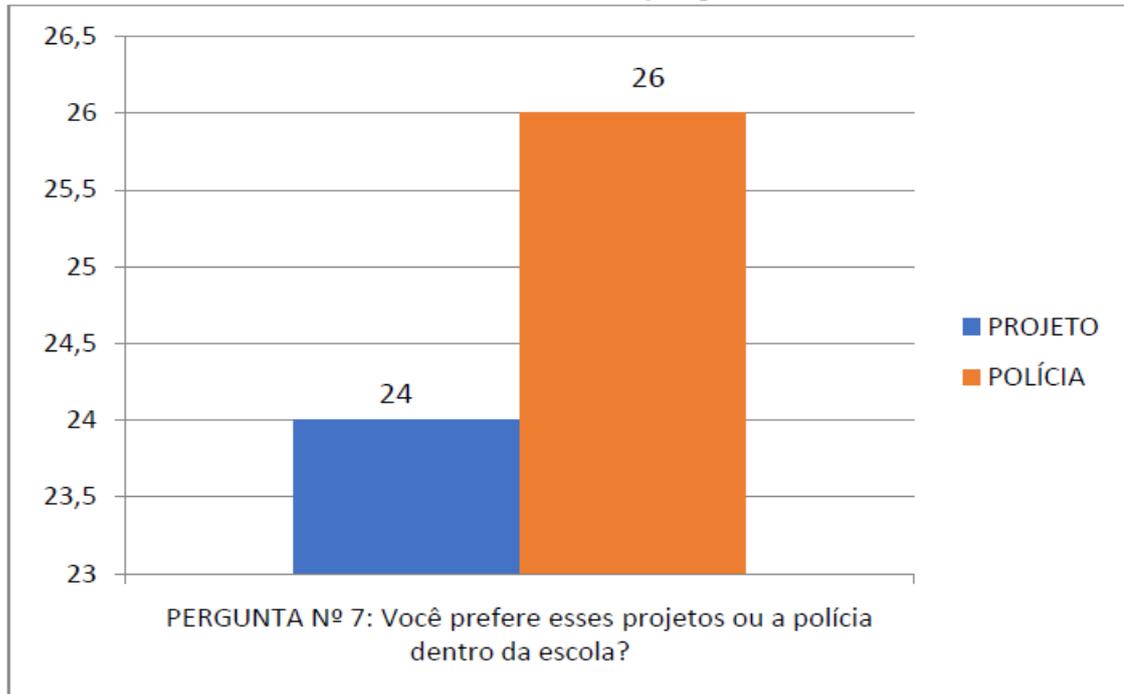
Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 15 – Escola B: pergunta nº 7



Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 16 – Escola C: pergunta nº 7



Fonte: elaborado pela própria autora.

Durante a aplicação dos questionários foi notório que alguns alunos tinham vergonha em responder se já sofreram ou presenciaram algum tipo de violência dentro da escola, respondiam e apagavam várias vezes, por fim colocaram que já sofreram violência, na maioria das respostas as pessoas relataram que sofreram violência verbal, em seguida física e depois psicológica.

De acordo com as respostas de alguns professores das escolas, no total entrevistados foram 11, quando perguntado: na sua opinião por que acontece a violência escolar? 9 responderam que o motivo é a falta de acompanhamento familiar na vida escolar do aluno. 7 professores responderam que preferem a polícia dentro da escola e conseqüentemente são professores que responderam já terem sofrido violência escolar.

Por isso tudo, pode-se analisar que o Programa Educação para Paz, onde este funciona efetivamente é eficaz e eficiente, mas que ainda faltam muitas iniciativas por parte da escola e dos parceiros do Programa para que este seja mais notório dentro da própria escola, para que todos envolvidos no ambiente escolar tenham o conhecimento que possuem um suporte de ajuda dentro do ambiente escolar, para que a polícia só seja chamada para dentro da escola em últimas circunstâncias.

3.2 DUAS PERSPECTIVAS DIFERENTES

Os resultados da pesquisa realizada mostram que há uma vertente voltada para o trabalho da polícia militar com o projeto do Policiamento escolar, por isso a necessidade de enfatizar nesta dissertação as duas perspectivas, pois de um lado o programa que está inserido dentro das escolas como uma forma de ajudar a mediar e resolver os conflitos escolares e de outro o policiamento escolar que quando necessário adentra a escola para ajudar a resolver tais conflitos e também com um trabalho de prevenção.

3.2.1 Policiamento escolar: primeira perspectiva

De acordo com essa realidade na cidade de Macapá, de muitas escolas com relatos, situações e problemas de violência, surgiu a necessidade mediante a muitos apelos dos gestores escolares, professores e dos próprios alunos, de um acompanhamento mais específico da Polícia militar, não mais fora da escola e sim dentro dela, um acompanhamento mais de perto e rigoroso. Essa temática desperta atenção de alguns autores e muitas discussões são levantadas acerca do tema, com pensamentos bem relevantes, no entanto um pouco difusos e controversos. Por exemplo para Guimarães (1996) afirma que a inserção de policiais dentro das escolas é uma estratégia polemica, Borges (2003) avalia que o constrangimento gerado pela presença do policial é menos nocivo do que o sentimento de impotência em relação a violência.

Com esse intuito de ajudar as escolas temos a primeira perspectiva, mais criminalizadora que coloca a polícia como protagonista dentro da escola, por esse motivo foi criado o Policiamento Escolar no estado do Amapá, que atende hoje 84 escolas, distribuídas em 24 bairros. Segundo o sargento C. Ramos, o policiamento escolar atende aproximadamente 35 mil alunos.

A função do Policiamento Escolar, de acordo com a sargento Sayonara, é integrar escola, família e polícia. "Nós não nos limitamos apenas à ronda, mas a conscientizar a comunidade escolar por meio de palestras sobre trânsito, sexo, drogas, cuidados com a segurança, entre outras", explicou Sayonara.

O 2º Batalhão da Polícia Militar é a unidade responsável pelo policiamento da área norte da cidade de Macapá, integrada por 10 bairros. "Atua em toda a sua

área de competência utilizando principalmente a filosofia de Polícia Comunitária, através dos processos motorizado e a pé", informou o sargento C. Ramos. O 1º Batalhão é responsável pelo Policiamento escolar da zona Sul de Macapá, onde integra os bairros da região, atendendo as escolas que ficam localizadas naquela zona. É importante ressaltar que o Policiamento escolar atende tanto as escolas Estaduais quanto as Municipais da cidade.

O trabalho da polícia militar através deste policiamento se torna muitas vezes primordial na visão de parte da comunidade escolar, pois traria mais confiança e segurança para a escola. De acordo com as respostas dadas a alguns questionários que aplicamos em algumas escolas estaduais do Município de Macapá que possuem o Projeto e o executam, quando perguntado aos alunos, professores e funcionários se eles preferem o Projeto ou a polícia dentro da escola, eles responderam que preferem a polícia dentro da escola por diversos motivos: "Polícia, assim eles não permitem coisas inapropriadas na escola". "Polícia para garantir a segurança dos alunos". "Para prevenir o uso de bebidas e drogas". "A polícia é mais eficaz". "Eles resolvem de uma forma mais eficaz". A maioria de acordo com as respostas preferem a polícia pela segurança que oferecem, visto por estarem munidos de armas, por deixarem os "bandidos amedrontados".

Segundo dados publicados no site do Governo do Estado do Amapá em 2017:

A implantação de câmeras de vigilância monitoradas e a intensificação do trabalho preventivo da Polícia Militar do Amapá nas escolas públicas da rede estadual de Macapá e Santana contribuíram para uma redução de 44,3% nas ocorrências de furtos, roubos e depredações nas unidades de ensino. Os dados da Divisão de Estatísticas, do Comando Geral da PM, correspondem ao primeiro semestre de 2017, comparados ao 2º semestre de 2016, e são baseados nas ocorrências notificadas do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciodes) e nos relatórios mensais das Companhias de Policiamento Escolar. Segundo o levantamento, no período de agosto a dezembro de 2016, foram registradas 131 ocorrências, enquanto de janeiro a julho de 2017, esse número caiu para 73, nas duas cidades. Na capital, a queda foi de 111 para 65 casos, totalizando uma redução de 41,4%.⁵

Esta foi apenas uma atitude emergencial que o Governo do Estado junto com a Secretaria de Estado de Educação-SEED realizaram para amenizar a violência que vinha e vem ocorrendo nas escolas do Município de Macapá.

⁵Disponível em: https://www.policiacivil.ap.gov.br/ler_noticia.php?slug=2607/furtos-e-roubos-nas-escolas-da-rede-estadual-reduzem-44-3-

No Art. 2º do Plano Estadual de Educação: São diretrizes do PEE 2015-2025:

II-respeito mútuo entre as pessoas e cultivo à coexistência com os demais seres vivos;

III-difusão do respeito aos direitos humanos e à diversidade;

IV-elevação dos aspectos humanísticos, científicos, culturais e tecnológicos do Estado;

V-melhoria da qualidade do ensino;

VI-formação escolar voltada para o trabalho e para a cidadania.

Foi diante deste contexto que o Governo do Estado/SEED, criou uma política pública educacional, chamada Educação para a paz, uma política pública que visa combater e amenizar as violências ocorridas nas escolas do Estado. Segundo Adão Francisco de Oliveira (2012, p. 04):

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

Para atuarem no policiamento escolar, os policiais participam do curso de Policiamento Escolar, este com o objetivo de capacitar os policiais militares que atuam diretamente no Policiamento Escolar, visto a especificidade da atividade e clientela a ser atendida, o curso tem por finalidade contribuir para que a promoção de uma cultura de segurança, bem-estar e paz, se constituam como uma estratégia prioritária nas escolas, por meio de ações inerentes ao policiamento comunitário. O conteúdo curricular do curso compreende nos conceitos, desenvolvimento e normas gerais de Policiamento Escolar da PMAP, também apresenta os fundamentos éticos, princípios e valores de Justiça Restaurativa; metodologias restaurativas e a pacificação de conflitos comunitários. As práticas de mediação na resolução de conflitos e técnicas para falar em público (abordagem individual e coletiva).

3.2.2 Programa Educação para Paz: segunda perspectiva

A outra perspectiva é com base em uma mediação de conflitos tendo como protagonista a escola, onde o Programa Educação para Paz trabalha de forma a mediar e resolver os conflitos dentro da escola. O Governo do Estado do Amapá propõe o Programa de Educação para a Paz, porque entende que a paz deve ser o princípio regente de todas as relações humanas e sociais. Nesta perspectiva a escola é o ambiente favorável para sua construção e disseminação de práticas educacionais positivas e preventivas contra quaisquer tipos de violência, uma vez que tem a missão de formar cidadãos mais humanos e solidários⁶. Este Programa é recente foi elaborado em junho de 2017, e propõe que “a paz deve ser o princípio regente de todas as relações humanas e sociais”. O Programa é uma política Pública da educação e atua na construção e disseminação da Paz por meio de práticas educacionais positivas e preventivas contra quaisquer tipos de violência.

O objetivo é promover a cultura de paz, com a prevenção da violência e à melhoria da convivência nas unidades educacionais com o envolvimento da comunidade escolar. Na execução do Programa Educação para a Paz são admitidas parcerias, cooperação técnica e financeira com agentes públicos e privados para contribuição na edificação de políticas públicas de promoção, integração e desenvolvimento da cultura da paz⁷.

O Programa possui uma linha mais apaziguadora, onde um grupo de pessoas que são funcionários da própria escola tentam resolver esses conflitos existentes, estes passam por uma capacitação oferecida pelos parceiros do programa e se tornam um núcleo de mediação de conflitos, eles ajudam através de diálogo a solucionar os problemas de forma geral dentro da escola. As respostas dos questionários com relação ao que preferem se é a polícia ou o Projeto dentro da escola, os que responderam o Projeto colocaram os seguintes comentários: “eu acho que esses projetos fazem as pessoas fazer as amizades de novo e isso é importante”, “porque os projetos ajudam mais”, “a escola não necessita de polícia dentro dela, já é capaz de resolver”, “porque ele é mais calmo”, “o projeto é melhor para os alunos”, “traz orientação e acompanhamento, é mais direto e eficaz”, “o projeto, porque a polícia dentro da escola fica chato”, “a polícia dentro da escola seria invasão de

⁶ Disponível em: <http://epaz.seed.ap.gov.br/>.

⁷ Disponível em: <http://epaz.seed.ap.gov.br/>.

privacidade”, “os projetos, porque fala mais sobre amizade”, “o projeto porque é muito estranho a polícia na escola”. Pode-se perceber que na fala destes o Programa é melhor, pois é mais pacífico a maneira na qual é resolvido os conflitos da escola, para alguns a escola não é lugar da polícia.

Nessas duas perspectivas, há pontos de vistas bem divergentes e conflituosos de quem está dentro das escolas e de quem está fora delas, de um lado o extremo para resolver a violência de forma rápida e segura e do outro uma forma mais calma e paciente para sanar esses conflitos. A necessidade de um ou de outro é de cada escola e de cada realidade, o que se sabe é que todas precisam de apoio quando se trata de violência escolar, pois os índices só estão crescendo e mais trabalho precisa ser feito para amenizar ou resolver tal questão.

A necessidade das escolas em resolver os problemas de violência escolar, foi que trouxe a polícia para dentro dela, assim como a necessidade de ajudar as escolas de maneira mais apaziguadora trouxe a elaboração do Programa, ambas surgiram devido a uma grande necessidade e pedido de “socorro” de alunos, professores e de todas as pessoas que estão diretamente enfrentando essa violência, sendo vítimas ou testemunhas de cada ação de bandidos e infratores. A violência escolar causa alterações no ambiente escolar, interferindo nas relações entre os membros da comunidade escolar, na medida em que:

(...) afeta diretamente agressores, vítimas e testemunhas dessa violência e, principalmente, contribui para romper com a ideia da escola como lugar de conhecimento, de formação do ser, de educação, como veículo, por excelência, do exercício e aprendizagem, da ética e da comunicação por diálogo e, portanto, antítese da violência. (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p.26)

Laterman⁸ apud Silva(2004, p. 9) corrobora com a ideia de que a violência que ocorre dentro da escola não é um simples reflexo do que vem acontecendo na sociedade, uma vez que muitas comunidades violentas contam com instituições de ensino tranquilas, nas quais não há registros de atos violentos. Segundo Sposito (1998, p. 64):

A maioria dos estudos sobre a violência escolar acaba por associá-la à pobreza. Contudo, trata-se de uma relação incoerente, uma vez que, atualmente, as escolas de classe média também estão enfrentando tal problema. Defendendo que “ambientes sociais violentos nem sempre

⁸LATERMAN, I. Violência e incivilidade na escola: nem vítimas, nem culpados. Coleção Teses, XI. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

produzem práticas escolares caracterizadas pelas violências”. É necessário então, que a escola busque formas de trabalhar a violência ocorrida dentro da instituição, recorrendo ao auxílio dos órgãos governamentais, que deverão contribuir com a criação de programas, com o preparo de professores, enviando recursos para trabalhos com a comunidade local; enfim, colaborando para o enfrentamento ao problema.

Muitas foram as iniciativas desenvolvidas com o intuito de prevenir a violência no contexto escolar⁹.

No ano 2000 houve o lançamento do Programa Paz nas Escolas, que atingiu catorze estados brasileiros, respeitando a dinâmica de cada região, trabalhando para desarmar a população e integrando a ação de policiais e jovens na resolução de conflitos e na capacitação de professores. O Programa capacitou milhares de professores para elaborarem Parâmetros Curriculares Nacionais, com ênfase em temas transversais de Ética e Cidadania(GONÇALVES; SPOSITO, 2002, p.107).

⁹ Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_gestao_artigo_mildre_meri_novakoski_margaridi.pdf.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso, antes de tudo, que o tema violência escolar seja tomado em toda sua importância. Na pesquisa aqui apresentada, muitas variáveis foram observadas, demonstrando que a violência escolar é oriunda de diversos fatores, tais como: questões relacionadas à própria escola, fatores sociais, familiares e emocionais. Todos esses aspectos devem ser levados em consideração ao analisar esse tema. A escola precisa antes de tudo como já foi citado anteriormente redimensionar seu papel, defini-lo bem para que assim consiga montar estratégias e ações para prevenir e resolver esse problema da violência escolar.

Em seguida, é necessário que gestores, professores, funcionários em geral da escola e alunos conheçam seu papel dentro da mesma, se sintam parte dessa estrutura educacional, pois a parte humana e afetiva é extremamente importante para o direcionamento de qualquer atividade dentro da escola. A relação entre funcionários e alunos deve ser bastante trabalhada, principalmente a entre professor e aluno, pois nela está inserido o respeito, a autoridade do professor e a confiança que ambos tem um pelo outro.

O meio social ao qual os alunos pertencem é muito relevante para se compreender alguns comportamentos dentro da escola, e deve ser levado em consideração diante a alguns fatores de risco e vulnerabilidade a que muitos destes estão expostos na sociedade. Alguns professores relataram que a maioria, quase todos os alunos que apresentam problemas na escola e principalmente comportamentos que causam violência, possuem desestrutura familiar. Por vários aspectos segundo a coordenação pedagógica das escolas onde foram realizadas as pesquisas de campo, a família desses alunos problemáticos, são ausentes, uma delas é a ausência de pai e mãe dentro de casa, outro aspecto apontado é o convívio dentro de casa ou nas proximidades com entorpecentes, pai que se encontra preso, abandono por familiares, entre outros aspectos. Os próprios alunos, segundo a coordenação pedagógica, relatam esses casos, e falam com muita naturalidade sobre o assunto.

Toda essa desestrutura familiar causa inúmeras consequências para o aluno, tais como a desmotivação pelos estudos, o descaso com a escola, a falta de respeito com professores e colegas, até chegar na atitude de violência física propriamente dita.

Durante a pesquisa, foi observado que as três escolas possuem dificuldades em executar o Programa de forma efetiva, e foi detectada em duas delas a falta de internet para cadastrar as informações no sidPaz, que é o sistema de cadastramento de dados da escola relacionados a violência escolar. Outra situação detectada é a inexistência do núcleo de práticas restaurativas em duas escolas das três pesquisadas: houve a capacitação dos profissionais da escola para atuarem no núcleo, mas não houve a criação do núcleo, que segundo o programa deve ter uma sala e profissionais específicos para o atendimento. Este, nessas duas escolas, acontece na coordenação pedagógica.

Foi observado também que ao perguntar para os alunos e funcionários das escolas pesquisadas se as mesmas tinham o Programa, a maioria respondeu que não sabia, uma boa parte respondeu que não e a minoria tinha o conhecimento da existência do programa. Esse é um ponto a se questionar, pois as próprias pessoas inseridas na instituição escolar desconhecem a existência e funcionalidade do programa. Foi percebido e constatado um certo descaso relacionado ao programa, e um grave problema de divulgação no interior das escolas, o que pode ser tema de uma pesquisa futura sobre outros aspectos de avaliação dessa política pública específica.

Outra situação constatada através das entrevistas nas escolas foi a ausência da SEED, no que se relaciona ao programa e sua execução, pois não dão o devido suporte e apoio as escolas, e isso foi bem perceptível quando ao visitar as escolas que estão na lista da Secretaria como escolas que possuem o programa, foi constatado que não possuem mais o programa e outras até nunca iniciaram este.

Constatou-se também nessa pesquisa a fragilidade dos acervos e a consequente dificuldade para analisar os registros documentais da coordenação pedagógica das escolas. Neste sentido, recomenda-se que os registros das escolas sigam um padrão de organização para que dessa forma haja a garantia de dados mais precisos e organizados para colaborar com as ações no enfrentamento da violência escolar e de futuras pesquisas. Constatou-se, ainda, o despreparo de muitos profissionais de dentro da escolas para lidar com a violência escolar. Isso tem a ver com o fato de que depois da formação dos profissionais escolhidos para atuarem no núcleo de práticas restaurativas não houve mais ofertas de formações continuadas, cursos, capacitação, etc. para lidarem com a violência escolar.

Nota-se que a escola é um espaço com uma multiplicidade grande de situações, de circunstâncias físicas, psicológicas, sociais, pedagógicas. São problemas múltiplos e não se sente preparada para lidar com essas diversidades.

Ao concluir esta pesquisa, algumas questões foram levantadas: Qual a eficiência do Programa, no combate a violência escolar? O programa se mostrou eficiente em parte, pois há muitas necessidades ainda que as escolas apresentam, para que este seja devidamente executado. Há muitas situações de violência e conflitos em que a escola consegue resolver, mas não especificamente por causa do programa e sim pela experiência dos profissionais em lidar com essas situações a bastante tempo. Percebemos também que o programa se desenvolve de forma a resolver ou amenizar conflitos de violência escolar, com os limites que demonstramos ao longo do trabalho.

Qual a importância que alunos e professores dão ao Programa? Foi observado que a maioria dos alunos e alguns professores não conhecem o programa e não sabem da sua funcionalidade. Qual a contribuição do Programa com as questões pedagógicas da escola? na escola que possui o núcleo de práticas restaurativas, a coordenação pedagógica encaminha os casos para o núcleo realizar a mediação, já nas escolas que não possuem núcleo estes problemas são resolvidos na coordenação pedagógica. Então, em uma análise geral contribui se houver a existência do núcleo de mediação de conflitos dentro da escola. E por último qual o impacto (ou efetividade) do Programa nas escolas? a maioria dos alunos e professores responderam no questionário que preferem a polícia do que o programa dentro da escola, apontaram diversos fatores de preferência o mais citado por eles, foi o sentimento de segurança e a certeza de resolução do problema, outro ponto citado foi a agilidade da polícia em resolver a situação.

Dessa forma, ainda falta muitos aspectos para o programa melhorar nessas escolas pesquisadas. Não é o suficiente somente a escola ter o programa ou núcleo, mais sim que este apresente resultados positivos e benéficos para a escola e sociedade. Pois quando se elabora uma política pública é para se prevenir ou solucionar o problema existente.

Por fim, recomenda-se algumas sugestões para trabalhos futuros e para a continuidade de políticas públicas voltadas para essa temática. Nossa pesquisa foi uma aproximação inicial ao tema, e serviu principalmente para apontar alguns problemas que devem ser investigados com mais profundidade em outras pesquisas.

Pensar temas relacionados ao acompanhamento das políticas públicas e às influências da cultura da sociedade para sua eficácia parece ser fundamental. Além disso, valeria aprofundar a discussão sobre a percepção da violência e das suas soluções por parte dos membros da comunidade escolar: a despeito do que dizem muitos especialistas, alunos e professores das escolas pesquisadas parecem, em sua maioria, preferir que a polícia esteja dentro da escola. Investigar esse processo pode ajudar, também, a compreender as dificuldades de implementação de um programa como o Educação para Paz.

Quadro 3 – Recomendações e sugestões

DIMENSÕES	RECOMENDAÇÕES
ESCOLAS	1- Reconhecer os problemas, para o planejamento de estratégias de resolução. 2- Utilizar os instrumentos existentes nas práticas pedagógicas como: P.P.P., Regimento Escolar, Planejamento e projetos pedagógicos que os ajudem na resolução da violência escolar. 3- Promoção da participação da comunidade escolar nas atividades da instituição. 4- Estabelecer mais proximidade com a família dos alunos, através de projetos e/ou atividades voltadas para esta ação. 5- Realizar os registros da coordenação pedagógica de forma organizada, bem como o arquivamento de atas de anos anteriores.
SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - SEED	1- Promoção de formações continuadas voltadas para o tema violência escolar para os funcionários das escolas; 2- Apoio/suporte para as escolas que possuem o Programa, com visitas regulares; 3- Incluir de alguma forma o trabalho do policiamento escolar como forma de prevenção a violência escolar.
PARCEIROS DO PROGRAMA	1- Maior envolvimento com as escolas; 2- Apoio/suporte para as escolas; 3- Disponibilizar equipes de suporte para visitarem as escolas; 4- Agilidade em solucionar casos encaminhados pela escola a estes parceiros.
COMUNIDADE ESCOLAR	1- Procurar se envolver com a escola; 2- Conhecer o trabalho que a escola desenvolve; 3- Dar apoio a escola quando solicitada.

Fonte: Elaborado pela autora

Espera-se que este trabalho contribua de forma significativa com outras pesquisas e estudos futuros, sobre a problemática da violência escolar, que ainda se façam reflexões acerca do papel da escola nos momentos atuais, o papel da família nesse contexto, bem como as propostas de políticas públicas lançadas pelo governo e o que a escola como um todo está fazendo para a resolução desse problema.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

_____. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2003.

ADAM, Joyce Mary; SILVA, de Paula; SALLES, Leila Maria Ferreira. **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/cbwwq/pdf/silva_9788579831096.pdf> Acesso em: 07 jan.2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em: 19 abr.2019.

AMAPÁ. A Lei Complementar nº 105, de 22 de Setembro de 2017. **Diário Oficial do Estado**, Macapá, 22 set. 2017. Disponível em: <<https://pm.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/organizacao>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

_____. **Plano Estadual de Educação**. Macapá, 2018. Disponível em: <<https://seed.portal.ap.gov.br/leg/plano.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. **Secretaria de Estado da Educação**. Macapá: SEED, 2018. Disponível em: <<https://seed.portal.ap.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: EdUSP, 2001.

BORGES, C. M. F. **Os professores da Educação Básica de 5ª a 8ª séries e seus saberes profissionais**. 2003. 256f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

BORGES, E. G. F. **A violência nas escolas, o trabalho da formação ameaçado por uma questão de segurança pública**. 2003. 66f. Monografia (Especialização em Criminalidade e Segurança Pública) – Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

BRASIL. **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 15 jun.2019.

CARDOSO, Ivanilda. **Valores humanos: o princípio de uma educação de excelência**. [S.l.;s.n], 2010. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/valores-humanos-o-principio-de-uma-educacao-de-excelencia/43076>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

CARDOSO, Marcio Adriano. **Paz e violência na escola: vozes, ecos e silêncios**. São Leopoldo, 2012. Disponível em:

<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4605/02d.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CHARLOT, B; ÉMIN, J-C. **Violences à l' école-état das saviors**. Paris: Masson & Armand Colin, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico**: século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015. Disponível em: <seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/4424/2546>. Acesso em: 12 maio 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em: <<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC10/10-recensoes-2.pdf>>. Acesso em: 15 jul.2019.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v.7, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GONÇALVES, L.A.O. SPOSITO, M.P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cad. Pesqui**, São Paulo, v.45, n. 115, p. 101-138, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a04n115.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

GUIMARÃES, Á. M. **A dinâmica da violência escolar**: conflito e ambigüidade. São Paulo: Campinas, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-amapaenses-para-2018/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LATERMAN, I. **Violência e incivilidade na escola**: nem vítimas, nem culpados. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência**: a violência faz mal à saúde. Londrina:[s.n], 2005. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25742/25742_5.PDF>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Escolas Restaurativas**. Macapá, 2018. Disponível em: <<http://www.mpap.mp.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil/#!/dados-mensais-2019>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. [S.l.;s.n], 2012. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 05 mar.2018.

PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A PAZ. Disponível em: <<http://epaz.seed.ap.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

SILVA. Raimundo Paulino da. A escola enquanto espaço de construção do conhecimento. **Revista espaço acadêmico**, v.67, n.139, p.56-58, dez. 2012.

SILVA, M. J. D. da. O papel do professor frente à violência nas escolas: uma mediação necessária. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo-PR, v. 3, n. 1, p. 1-16, 2004. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/issue/view/57>>. Acesso em: 25 maio 2019.

SOUZA. Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. **A instituição escolar e a violência**. São Paulo:[s.n], 2001. Disponível em:<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file>. Acesso em: 06 abr.2018.

_____. A Instituição escolar e a violência. São Paulo:[s.n], 1998. Disponível em:<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file>. Acesso em: 16 fev. 2019.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

ANEXO

ANEXO A - Questionário



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**QUESTIONÁRIO PARA COLETADA DE DADOS PARA CONSTRUÇÃO DA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS
PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE.**

QUESTIONÁRIO 1

DADOS DA ESCOLA

NOME

: _____.

BAIRRO: _____

MUNICÍPIO: _____/_____.

DADOS DO **ALUNO**

NOME: _____

BAIRRO: _____

IDADE: _____

TURMA: _____

MUNICÍPIO ONDE MORA: _____

1. Na sua escola tem violência?

Sim Não

Quais

tipos? _____

2. Você já sofreu algum tipo de violência dentro da escola?

Sim Não

Qual(is)? _____

3. Em caso da resposta número 2 ser sim. Alguém fez alguma coisa por você?

Sim Não

O que foi

feito? _____

Na sua escola tem o Programa Educação para Paz?

Sim Não

Comente sobre o

Programa: _____

4. Você participa desse Programa através de seus Projetos?

Sim Não

Como acontece essa
participação: _____

5. Você acha esse(s) Projeto(s) eficaz(es) para resolver ou amenizar a violência
escolar?

Sim Não

Por que?

6. Você prefere esse(s) Projeto(s) ou a polícia dentro da escola?
_____. Por que?

7. Na sua opinião o que é violência escolar?

8. Na sua opinião por que acontece a violência escolar?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTIONÁRIO PARA COLETADA DE DADOS PARA CONSTRUÇÃO DA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS
PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE.

QUESTIONÁRIO 2

DADOS DA ESCOLA

NOME : _____.

BAIRRO: _____.

MUNICÍPIO: _____/_____.

DADOS DO PROFESSOR

NOME: _____

BAIRRO: _____

IDADE: _____

ANO(S) QUE

LECIONA _____

MUNICÍPIO ONDE MORA: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA FUNÇÃO PÚBLICA: _____

1. Na sua opinião o que é violência escolar?

2. Na escola em que você trabalha tem violência?

Sim Não

Qual(is) o(s)
tipo(s)? _____

3. Você já sofreu algum tipo de violência dentro da escola?

Sim Não

Qual(is)? _____

4. Na sua escola tem o Programa Educação para Paz?

Sim Não

Comente sobre o Programa: _____

5. Você participa desse Programa através de seus Projetos?

Sim Não

Como acontece essa participação: _____

6. Você acha esse(s) Projeto(s) eficaz(es) para resolver ou amenizar a violência escolar?

Sim Não

Por que?

7. Você prefere esse(s) Projeto(s) ou a polícia dentro da escola? _____ . Por que?

8. Na sua opinião por que acontece a violência escolar?

9. Em sua opinião o que é violência escolar?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**QUESTIONÁRIO PARA COLETADA DE DADOS PARA CONSTRUÇÃO DA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS
PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE.**

QUESTIONÁRIO 3

DADOS DA ESCOLA

NOME : _____.

BAIRRO: _____.

MUNICÍPIO: _____/_____.

DADOS DO **FUNCIONÁRIO**

FUNÇÃO: _____

NOME: _____

BAIRRO: _____

IDADE: _____

MUNICÍPIO ONDE MORA: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA FUNÇÃO PÚBLICA: _____

1. Na sua opinião o que é violência escolar?

2. Na escola em que você trabalha tem violência?

Sim Não

Qual(is) o(s)
tipo(s)? _____

3. Você já sofreu algum tipo de violência dentro da escola?

Sim Não

Qual(is)? _____

4. Em caso da resposta número 2 ser sim. Alguém fez alguma coisa por você?

Sim Não

O que foi
feito? _____

5. Na sua escola tem o Programa Educação para Paz?

Sim Não

Você sabe qual(is),
cite: _____

6. Você participa desse Programa através de seus Projetos?

Sim Não

7. Você acha esse(s) Projeto(s) eficaz(es) e eficiente(s) para resolver ou
amenizar a violência escolar?

Sim Não

Por que?

8. Na sua opinião o que melhorou com a execução do Projeto?

9. Você prefere esse(s) Projeto(s) ou a polícia dentro da escola?

Por que?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
QUESTIONÁRIO PARA COLETADA DE DADOS PARA CONSTRUÇÃO DA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS
PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE.

QUESTIONÁRIO 4

DADOS DA ESCOLA

NOME : _____.

BAIRRO: _____.

MUNICÍPIO: _____ / _____.

DADOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

NOME: _____

BAIRRO: _____

IDADE: _____

MUNICÍPIO ONDE MORA: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA FUNÇÃO PÚBLICA: _____

1. Na sua opinião o que é violência escolar?

2. Na escola em que você trabalha tem violência?

Sim Não

Qual(is) o(s)
tipo(s)? _____

3. Você já sofreu algum tipo de violência dentro da escola?

Sim Não

Qual(is)? _____

4. Em caso da resposta número 2 ser sim. Alguém fez alguma coisa por você?

Sim Não

O que foi
feito? _____

5. Na sua escola tem o Programa Educação para Paz?

Sim Não

Você sabe qual(is),
cite: _____

6. Você participa desse Programa através de seus Projetos?

Sim Não

7. Você acha esse(s) Projeto(s) eficaz(es) e eficiente(s) para resolver ou amenizar a violência escolar?

Sim Não

Por que?

8. Na sua opinião o que melhorou com a execução do Projeto?

9. Você prefere esse(s) Projeto(s) ou a polícia dentro da escola?

Por que?

10. Do ponto de vista pedagógico, faça um breve relato de como era a escola antes do Programa Educação para Paz e como está agora.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**QUESTIONÁRIO PARA COLETADA DE DADOS PARA CONSTRUÇÃO DA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS
PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE.**

QUESTIONÁRIO 5

DADOS DA ESCOLA

NOME : _____.

BAIRRO: _____.

MUNICÍPIO: _____/_____.

DADOS DO GESTOR ESCOLAR

NOME: _____

BAIRRO: _____

IDADE: _____

MUNICÍPIO ONDE MORA: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA FUNÇÃO PÚBLICA: _____

1. Na sua opinião o que é violência escolar?

2. Na escola em que você trabalha tem violência?

Sim Não

Qual(is) o(s)
tipo(s)? _____

3. Você já sofreu algum tipo de violência dentro da escola?

Sim Não

Qual(is)? _____

4. Em caso da resposta número 2 ser sim. Alguém fez alguma coisa por você?

Sim Não

O que foi
feito? _____

5. Na sua escola tem o Programa Educação para Paz?

Sim Não

Você sabe qual(is),

cite: _____

6. Você participa desse Programa através de seus Projetos?

Sim Não

7. Você acha esse(s) Projeto(s) eficaz(es) e eficiente(s) para resolver ou amenizar a violência escolar?

Sim Não

Por que?

8. Na sua opinião o que melhorou com a execução do Projeto?

9. Você prefere esse(s) Projeto(s) ou a polícia dentro da escola?

Por que?

10. Do ponto de vista ADMINISTRATIVO, faça um breve relato de como era a escola antes do Programa Educação para Paz e como está agora.

